



RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E CONTAS

2017

A SUSTENTABILIDADE e os passos da DIGITALIZAÇÃO

 **Luis Simões**

www.luis-simoes.com

ÍNDICE



SOBRE ESTE RELATÓRIO

01.1 Aos nossos *stakeholders*

P.03

01

P.05



DESCUBRA O NOSSO MUNDO

02.1 Quem somos
02.2 Estrutura de governação
02.3 Principais acontecimentos
02.4 Na rota da sustentabilidade/Valores e estratégia de sustentabilidade
02.5 Envolvimento com *stakeholders*

P.06

02

P.07

P.11

P.14

P.21

P.24



LS ACRESCENTA VALOR COM SUSTENTABILIDADE

03.1 *PICK TO LIGHT*

P.25

03

P.26



QUALIDADE DE SERVIÇO

04.1 Satisfação do cliente
04.2 Tolerância zero - Política de Ofertas

P.29

04

P.32

P.33



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

05.1 Composição da frota
05.2 Desempenho do motorista
05.3 Eficiência energética nos Centros de Operações Logísticas

P.34

05

P.36

P.37

P.38



SEGURANÇA RODOVIÁRIA

P.40

06



FORMAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE COLABORADORES

07.1 Colaboradores LS
07.2 Formação
07.3 Projetos
07.4 Saúde e Segurança no Trabalho

P.42

07

P.44

P.46

P.47

P.48



ROBUSTEZ FINANCEIRA

08.1 Principais indicadores consolidados

P.51

08

P.53



TABELA GRI

P.58

09



CONTAS

ANEXO 1

01



SOBRE ESTE RELATÓRIO

01 | SOBRE ESTE RELATÓRIO

No presente relatório são reportados indicadores e práticas em matéria de sustentabilidade, associados à atividade desenvolvida pela Luís Simões (LS), entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017, nas seguintes áreas de negócio: Transporte, Logística e Manutenção e Comercialização de veículos pesados de tração e semirreboques e rent-a-cargo. As restantes áreas de negócio do Grupo só foram consideradas para o cálculo do número total de colaboradores e para a elaboração da apresentação gráfica das instalações da LS na Península Ibérica.

Este relatório inclui o conteúdo correspondente ao Relatório & Contas de 2017 (nos capítulos Robustez Financeira e Contas) da empresa Luís Simões SGPS.

A periodicidade do Relatório de Sustentabilidade é anual, incluindo o Relatório & Contas.

O relatório foi elaborado tendo em conta as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), na sua versão G4, na opção “De Acordo – Essencial”. Os conteúdos deste relatório foram desenvolvidos com base nos resultados da consulta a *stakeholders*, realizada com o objetivo de reavaliar os temas materiais para o Grupo e a sua estratégia de sustentabilidade. Neste alinhamento a Luís Simões apenas inclui neste relatório detalhe sobre os princípios de sustentabilidade nos quais estão refletidos os temas mais relevantes identificados na matriz de materialidade.

A Luís Simões Logística Integrada, S.A. (PT e ES) subscreveu os princípios do *Global Compact* das Nações Unidas, incluindo os mesmos e a respetiva Comunicação de Progresso (COP) no capítulo referente à Estratégia de Sustentabilidade e na tabela GRI.

Para esclarecimento de dúvidas sobre este relatório contacte por favor:

Cláudia Simões - claudia.simoaes@luis-simoaes.com



01.1 | AOS NOSSOS STAKEHOLDERS

Numa era em constante mutação, a que os setores da Logística e do Transporte não são alheios, a inovação tem de ser entendida como condição de sobrevivência. Inova-se quando se investe numa nova ferramenta tecnológica, mas também quando repensamos um processo de modo a que melhor possa servir o objetivo final a que se destina.

A integração de informação em base digital e a digitalização de documentos no setor da Logística são já uma necessidade operativa há alguns anos. Surgem mais oportunidades na melhoria de processos e na redução de papel com a digitalização. Seguimos este desafio nas várias áreas de negócio e nos vários processos operativos.

Caminhamos para a economia digital e para a desmaterialização dos processos administrativos. É uma alteração de fundo na sociedade em que vivemos e de

cujos benefícios todos poderemos usufruir a breve trecho, já que vai conferir maior eficiência e flexibilidade aos processos de tomada de decisão, tornando-os capazes de acompanhar as constantes mutações do mercado e as necessidades dos clientes.

Inovação, Sustentabilidade, e Superação de expectativas são alguns dos exemplos que movem a LS. Queremos construir soluções com os nossos clientes que façam com que em cada km percorrido ou em cada palete movimentada, possamos acrescentar valor à cadeia de abastecimento.

Fernanda Simões

Este ano queremos evidenciar que a tecnologia no suporte ao posto de trabalho permite uma otimização com impacto na produtividade, na melhoria de processos, na redução do consumo de recursos como o papel e, claro, na motivação dos colaboradores em contribuir para a melhoria do seu trabalho e para a redução de erros. O projeto onde queremos evidenciar a forma como acrescentamos valor é a aplicação de tecnologia ao processo de *picking* no canal de *e-commerce*, um dos exemplos que temos na LS.

Na Luís Simões acreditamos que é na construção de relações de longo prazo com os nossos clientes, parceiros, colaboradores e acionistas que fazemos o caminho sustentável que nos leva até onde for o futuro.

Daniela Simões

Foi com entusiasmo que no ano 2017 inaugurámos três centros de Logística e da RETA em Gaia (renovados em 2016).

Completámos o primeiro ano no

novo armazém de *Cabanillas del Campo*, onde centralizámos operações de quatro Centros de Operações Logísticas da região de Madrid, focado em operações, clientes e envolvimento de colaboradores. Ainda antes de terminar o ano, inaugurámos em Leixões o novo entreposto aduaneiro da EspaçoTrans.

No ano de 2017 mereceu ainda especial enfoque o projeto de alteração do sistema de gestão de Transporte, uma medida estrutural

que se fará sentir em 2018, com um impacto significativo na cultura da LS, onde a digitalização ocupa o espaço central entre o cliente, a alocação de Transporte e a relação com os motoristas e subcontratados, elo fundamental na cadeia. Esta proximidade digital será um dos passos na construção do futuro, envolvendo a nossa cadeia de valor na nossa estratégia de sustentabilidade todos os dias!

Neste contexto, a inovação revela-se como o elemento chave para assegurar a evolução e um crescimento sustentado e sustentável.

Rui Simões

José Luís Simões
Presidente do Conselho de Administração

02.1 | QUEM SOMOS

A LS é um grupo familiar desde 1948, detido pela família Simões, focado como operador logístico integrador na cadeia de abastecimento, incluindo **10** empresas, **1973** colaboradores e uma diversidade de serviços. O *core business* representa cerca de 95% do volume de negócios.

	PORTEFÓLIO DE SERVIÇOS	HIGHLIGHTS
<p>TRANSPORTES</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Full Truck Load = camião completo (Ambiente, Temperatura Controlada, ADR) • Less than full truck load = grupagem/carga fracionada • Distribuição • Publicidade Móvel • Veículos Dedicados • Gestão de Fluxos • WDT (Warehouse Managing, Delivering & Transportation) • Intermodal (Short Sea Shipping) 	<p>Líder no transporte rodoviário em Portugal. E no fluxo Portugal / Espanha / Portugal</p>
<p>LOGÍSTICA</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Armazenagem • Distribuição Ibérica • Picking • E-commerce • Logística Inversa • Logística Promocional • Controlo de Inventários • Traçabilidade • Serviços de Valor Acrescentado (Co-packing) 	<p>Líder de logística e distribuição em produtos de grande consumo em Portugal</p>
<p>SERVIÇOS TÉCNICOS & RENT-A-CARGO</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Venda semirreboques: Novos & Usados • Rent-a-Cargo • Manutenção de veículos pesados de tração e semirreboques 	<p>Líder de mercado no rent-a-cargo no mercado português</p>
<p>CORRETAGEM DE SEGUROS</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Mediação de seguros no segmento particular • Mediação de seguros no segmento empresas 	<p>Cobertura nacional em Portugal</p>

O CORE BUSINESS DA LS SERVE VÁRIAS INDÚSTRIAS:



- ALIMENTOS
- BEBIDAS
- HPC
- OUTROS
- ELECTRÓNICA DE CONSUMO
- PAPEL, PASTA E EMBALAGEM
- RETALHO
- FASHION
- AUTOMOTIVE

02.1 | QUEM SOMOS

A Luís Simões rege-se por um conjunto de valores e políticas que refletem a missão e visão da empresa num mercado em constante desenvolvimento.



MISSÃO

Garantir soluções eficientes e competitivas de Transporte, Logística e serviços auxiliares, promovendo a satisfação de clientes e sociedade em geral, sob o ponto de vista, económico, social e ambiental.

VISÃO

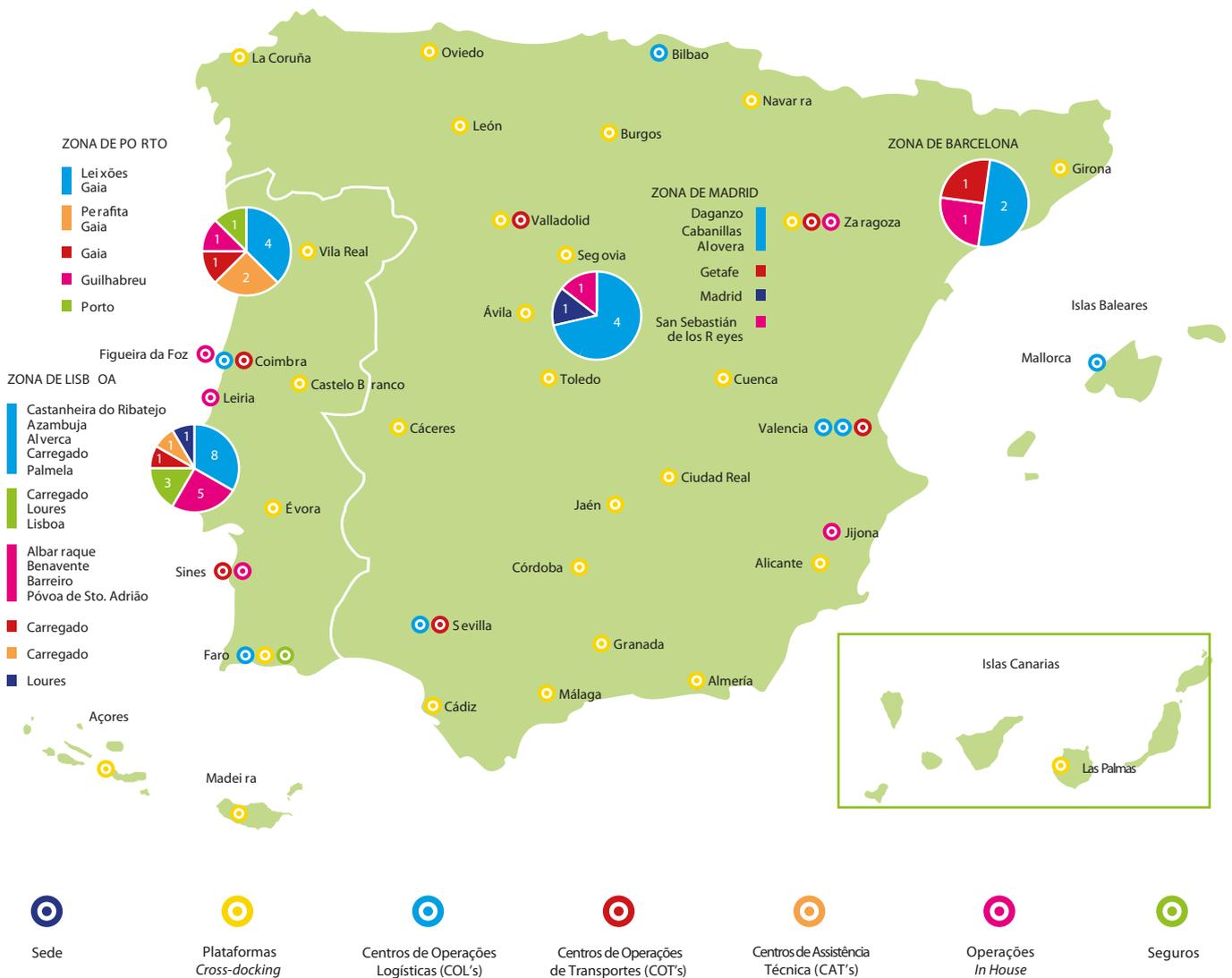
Ser a referência ibérica em termos de qualidade de serviço do setor dos Transportes e Logística.

VALORES

- Orientação para o Cliente
- Respeito pelas pessoas
- Sustentabilidade
- Confiança
- Lealdade
- Inovação
- Ambiente
- Preocupação pela segurança
- Património

02.1 | QUEM SOMOS

Com uma presença regional na península ibérica, com operações em 50 Locais, e uma rede muito relevante, a LS é muito mais do que a soma das partes:



~02.1| QUEM SOMOS



LOGÍSTICA

25 Centros de Operações Logísticas

350.000m²

27 Plataformas de *Cross-Docking*

10 Centros de *Co-packing*



TRANSPORTE

Gere uma frota de cerca de 2.000 viaturas

10 Centros de Operações de Transporte



SERVIÇOS

3 Centros de Assistência Técnica com 22.000, 17.000 e 3.000 m² (Carregado, Gaia e Perafita)

2 Estações lavadoras de viaturas pesadas

110.000h de capacidade instalada de manutenção (veículos pesados)

4.417.232

UNIDADES DE PICKING/MÊS

ROTAS DE DISTRIBUIÇÃO/DIA

840



3.210.700

UNIDADES DE CO-PACKING/MÊS

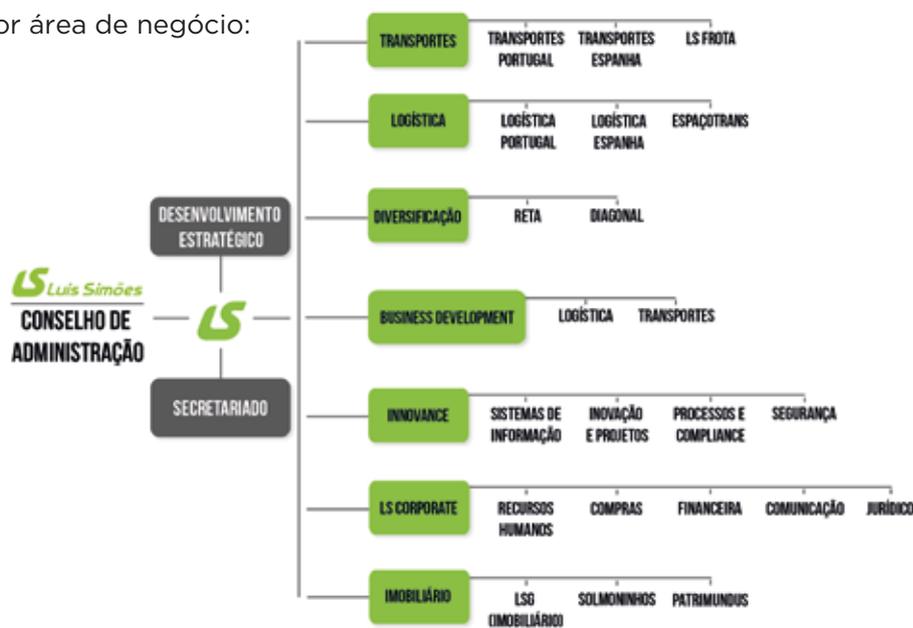
MILHÕES DE TONELADAS POR ANO

7.000.000

02.2 | ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

O Grupo Luís Simões é constituído pela LS - Luís Simões, SGPS, S.A., e pelas suas subsidiárias.

A Luís Simões por área de negócio:



As empresas Luís Simões são detidas a 100% pela família Simões. O Conselho de Administração inclui desde 2015 três elementos da 2.ª geração e 3 elementos da 3.ª geração. Mais de metade dos elementos da 3.ª geração incorpora os quadros da organização.

Conselho de Administração (CA)

O CA tem cariz estatutário. É composto por 7 administradores, seis dos quais membros da família Simões:

JOSÉ LUÍS SIMÕES PRESIDENTE 2G	LEONEL SIMÕES ADMIN. 2G	JORGE SIMÕES ADMIN. 2G	CELESTE SANTOS ADMIN. NÃO FAMILIAR	DANIELA SIMÕES ADMIN. 3G	FERNANDA SIMÕES ADMIN. 3G	RUI SIMÕES ADMIN. 3G
José Luís Simões (Administrador do negócio "Imobiliário" e Presidente do Conselho de Administração);	Leonel Simões (Administrador Não executivo);	Jorge Simões (Administrador das unidades de negócio "RETA e Diagonal" e Diretor geral da unidade de negócio da RETA);	Celeste Santos (Administradora da unidade corporativa "Serviços Partilhados");	Daniela Simões (Administradora da unidade de Business Development);	Fernanda Simões (Administradora das unidades de negócio de Transportes e Logística);	Rui Simões (Administrador da unidade corporativa "Innovance");

Conta ainda com mais dois assessores externos.

02.2 | ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

Estão constituídas Comissões Executivas por unidade de negócio e unidade corporativa, onde participam os respetivos Administradores e Diretores Gerais, e que reúnem mensalmente como o objetivo principal de acompanhar a evolução do negócio, proceder à tomada de decisões que requeiram a intervenção das Comissões Executivas, e garantir a articulação com o Conselho de Administração.

O modelo de governo da Luís Simões inclui 2 eventos com muita relevância para os colaboradores e equipas diretivas, que permite o alinhamento da organização:



Visitas da Administração

São realizadas a cada 2 anos em cada região e abrangem todas as unidades operacionais da Luís Simões na Península Ibérica: 3 regiões no primeiro ano do ciclo, e 2 regiões no ano seguinte. Cada visita envolve toda a equipa diretiva (incluindo áreas corporativas) e de gestão dos negócios a nível central e regional.

Encontro de Gestores

Com uma periodicidade anual, e efetuando-se no início de cada ano, este evento tem como objetivo garantir o alinhamento da equipa de gestão e premiar 3 gestores pela sua performance no ano anterior. Relativamente ao ano de 2017 foram excecionalmente eleitos 5 Gestores do Ano.



Gestores do Ano de 2017

02.2 | ESTRUTURA DE GOVERNAÇÃO

Alterações Significativas em 2017

A importância da subcontratação de Transporte na cadeia de valor da LS levou à criação da Direção de Subcontratação no final de 2016, comum aos negócios de Logística e Transporte. Iniciando o seu caminho em 2017, apresenta alguns passos com impacto direto na sustentabilidade da companhia.

Foi concluído o primeiro *tender* de subcontratação (Transporte e Logística), iniciado em 2016, e que terminou com a adjudicação de 16 fluxos a transportadores que já trabalhavam com a LS, estreitando assim a sua relação e o seu volume de trabalho. Este *tender* integrou a “Carta de Compromisso com Transportadores”, desenvolvida pela LS e com base no seu código de ética como requisito e que passou a integrar o Manual do Transportador. A “Carta de Compromisso com Transportadores” fez parte dos protocolos com subcontratados de transporte.

Esta carta de compromisso é uma ferramenta que representa um passo importante em termos de alinhamento com a sua cadeia de valor, e a relação estruturada com transportadores e transitários são um marco de sustentabilidade muito significativo.

COMPLIANCE - POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS DA LS

No âmbito do plano estratégico das empresas do Grupo Luís Simões, e atendendo às boas práticas nacionais e internacionais, a área de *Compliance* e Gestão de Risco da LS é responsável pela implementação e cumprimento da Política de Gestão de Riscos, a qual estabelece uma metodologia que assegura o conhecimento e avaliação dos riscos enfrentados pela LS, assim como determina a necessidade de dar resposta efetiva a esses mesmos riscos.

No ano de 2017 foi dada especial atenção aos riscos relacionados com o novo Regulamento Geral da Proteção de Dados, no sentido de assegurar o cumprimento legal do direito à proteção de dados de pessoas singulares, e à *Cybersecurity*, no sentido de implementar medidas que mitiguem a possibilidade de intrusão nos sistemas informáticos das empresas do Grupo. Também o risco inerente às constantes alterações legislativas foi mitigado, com a contratação de um serviço externo, que fornece alertas de modificações legislativas, com impactos nas atividades das áreas de suporte e de negócio das empresas do Grupo LS, nas diferentes localizações geográficas onde estas operam.

Em 2017 foi criada uma nova área de Auditoria Interna. Uma área central e independente, que visa contribuir para a diminuição da exposição do Grupo LS ao risco, através da avaliação dos controlos existentes.

A área de Auditoria Interna integra-se na Direção de Processos e *Compliance*, e tem como compromissos: verificar o cumprimento das normas e processos instituídos pela gestão; identificar oportunidades para implementar melhorias; avaliar a adequação dos controlos internos existentes; e emitir recomendações que permitam acrescentar valor e melhorar e eficácia dos processos.

Esta área tem estatuto de independência perante todas as atividades e negócios do Grupo Luís Simões, sendo representada no Conselho de Administração pelo Administrador Rui Simões, e na Comissão Executiva pelo Administrador Rui Simões e pelo Diretor Geral, Carlos Caiado.

02.3 | PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



MINISTRA DO MAR INAUGUROU O ENTREPOSTO ADUANEIRO DA ESPAÇOTRANS EM LEIXÕES

A Espaçoctrans, empresa de Gestão de Entrepostos Aduaneiros que faz parte do grupo Luís Simões, inaugurou no dia 25 de novembro o seu entreposto aduaneiro de Leixões.

A cerimónia, que teve início às 16h30, contou com a presença da Ministra do Mar, Eng^a Ana Paula Vitorino, com a Administração da Luís Simões e o Sócio Gerente da Espaçoctrans, Alexandre Machado.

O programa incluiu a deslocação dos presentes às várias unidades instaladas na Plataforma Logística do Porto de Leixões, das quais o Entreposto Aduaneiro da Espaçoctrans é a única unidade que está preparada para movimentar peças com um máximo de 30 toneladas, com o auxílio de duas pontes rolantes de 15 toneladas de capacidade de carga cada uma. Este entreposto serve o Porto de Leixões, e possui licenças de Entreposto Aduaneiro, Depósito Temporário, Armazém de Exportação e Destinatário Autorizado. Cem por cento da sua atividade de exportação é efetuada através do Porto de Leixões.



Para Alexandre Machado, Sócio Gerente da Espaçoctrans, “O novo Entreposto Aduaneiro da Espaçoctrans na Plataforma Logística do Porto de Leixões é um sonho tornado realidade. Um investimento de cerca de meio milhão de euros que vem complementar os serviços prestados na plataforma de Perafita no que respeita à armazenagem, manuseamento de carga e outras atividades auxiliares dos transportes de mercadorias. Aliado a uma imagem moderna e funcional, este investimento vai contribuir para o desenvolvimento da Espaçoctrans, mas também da zona de norte de Portugal, e será seguramente uma mais-valia para a economia do país”.

Para José Luís Simões, Presidente da Luís Simões, “Este investimento vem reforçar a nossa aposta no desenvolvimento da gestão de entrepostos aduaneiros.”.



LUÍS SIMÕES DISTINGUIDA NO 10º ANIVERSÁRIO DO BANCO DE BENS DOADOS DA ENTRAJUDA

A Luís Simões foi uma das entidades distinguidas no dia 30 de outubro na comemoração do 10º aniversário do Banco de Bens Doados.

A cerimónia, que decorreu na Quinta do Cabrinha, em Lisboa, contou com a presença de João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e de José António Vieira da Silva, ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e procurou homenagear empresas, entidades, e indivíduos pelo seu papel na proteção do ambiente e dedicação às causas sociais, em prol de um Portugal mais coeso, sustentável e solidário.

Criado pela ENTRAJUDA em 2007, o Banco de Bens Doados é um projeto inovador, de âmbito nacional e transversal a toda a sociedade e economia, que fomenta o exercício da sustentabilidade, com o objetivo de fazer chegar a instituições de solidariedade social produtos não alimentares doados por empresas.



À margem da cerimónia de comemoração do 10º aniversário do Banco de Bens Doados, em que a LS foi destacada como um dos 10 principais parceiros que geram valor e impacto social, Isabel Jonet reforçou a parceria com a Luís Simões e a sua admiração e agradecimento por todo o apoio e valor que o grupo gera e o papel que desempenha na responsabilidade social e solidariedade em Portugal: “A Luís Simões é um dos parceiros que desde a fundação tem tido um papel crucial e tem permitido a concretização de um projeto que é hoje uma referência na sociedade portuguesa no âmbito da economia solidária e circular. Nunca será demais agradecer todo o apoio que presta. Para mim é uma honra entregar este prémio ao Sr. José Luís Simões, que muito admiro, e distinguir um parceiro que gera grande valor à sociedade”.

José Luís Simões refere que “É uma honra para mim e para a Luís Simões ser parceira da ENTRAJUDA. Ao criarmos valor aos níveis económico, social e ambiental, a ENTRAJUDA e a Luís Simões materializam o seu compromisso com a sustentabilidade e com as gerações vindouras. Este planeta não é nosso. Podemos utilizá-lo, mas temos obrigação de o deixar “saudável” para os que vêm depois de nós. E para além de olharmos pelo planeta, temos de olhar uns pelos outros”.

Cristiano Ronaldo associou-se a esta data comemorativa do Banco de Bens Doados, com a oferta de cerca de 5.000 pares de sapatos da sua coleção, cuja operação logística é da responsabilidade da LS desde 2015. Nesta ocasião a LS associou-se a este donativo e ofereceu o transporte da mercadoria doada desde o seu armazém em Vila Nova de Gaia até ao armazém do Banco de Bens Doados, em Lisboa.

02.3 | PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS



LUÍS SIMÕES INVESTE 7.4 MILHÕES DE EUROS EM VILA NOVA DE GAIA

A Luís Simões inaugurou oficialmente, em Gaia, o renovado Centro de Operações Logísticas e o novo Centro de Assistência Técnica da Reta. O evento contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Gaia, Eduardo Vítor Rodrigues, que presidiu à cerimónia de inauguração com o descerrar da placa em ambos os equipamentos. Presentes estiveram também vários membros da Administração da Luís Simões, bem como o Presidente do Conselho de Administração, José Luís Simões.

A Luís Simões investiu um total de 7.4 milhões de euros na requalificação de ambos os centros de operações, cujas obras de remodelação e expansão pretenderam dotar os equipamentos das condições necessárias para o crescimento das operações na região norte, permitindo, simultaneamente, uma aposta no domínio da logística urbana. A modernização das infraestruturas previu ainda uma requalificação ao nível da eficiência energética, através da instalação de painéis solares e de um sistema de gestão de resíduos mais eficaz e sustentável.

“Este investimento assume-se como estratégico para a Luís Simões, uma vez que nos permite ampliar o nosso potencial de crescimento na região norte e dar resposta ao bom desempenho económico que esta zona tem apresentado. Estamos convictos que tanto a Luís Simões como a Reta possuem agora as condições necessárias para continuarem a crescer e atingirem os objetivos estabelecidos”, refere José Luís Simões, Presidente da Luís Simões.

Com cerca de 14.900 m² área coberta e 1500 m² de área de cais, o Centro de Operações Logísticas de Gaia tem na sua génese a prestação de serviços de Logística Integrada, Logística Inversa, Frio Positivo, Distribuição Urbana, Descarga de Contentores, *Fashion* e Dispositivos Médicos.



Além da requalificação e expansão, as obras contemplaram uma maior aposta na eficiência energética através da instalação de painéis solares e da criação de um sistema que acompanha o consumo de energia com um indicador de consumo energético versus paletes movimentadas.

Centro Assistência Técnica RETA

Com o crescimento do negócio da Reta, foi identificada a necessidade de alargar a oferta de serviços na zona norte de Portugal. O alargamento teve como objetivo o aumento das secções de intervenção e serviços disponibilizados, melhorando a capacidade de resposta às necessidades dos transportadores e aumentando a qualidade do serviço prestado.

O Centro de Assistência Técnica (CAT) da Reta, funciona num conceito de *One Stop Shop* que engloba todos os serviços num só local. No mesmo espaço é possível encontrar serviços de manutenção e reparação multimarca de pesados, loja de peças, aluguer e venda de tratores e semirreboques novos e usados, permitindo economizar tempo e combustível em deslocações entre oficinas e outros prestadores de serviços.

02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

A Luís Simões desenvolveu em 2008 uma estratégia de sustentabilidade com base na análise dos resultados do envolvimento dos *stakeholders*, do enquadramento setorial, das orientações de gestão e das boas práticas internas e também do *benchmarking* das empresas congéneres. Em 2015, a Luís Simões procedeu à reavaliação da materialidade, recorrendo à auscultação de *stakeholders*, enquadramento setorial e *benchmark*.



Envolvimento dos *stakeholders*

A identificação das partes interessadas, nomeadamente das suas preocupações e expectativas, tem uma importância vital no processo de reavaliação da estratégia de sustentabilidade. A LS atualizou o mapeamento dos *stakeholders*, com base na análise da importância que a LS tem para esses *stakeholders* e vice-versa.



02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

A consulta de *stakeholders* permitiu uma análise às atividades da Luís Simões, identificando pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades:

PONTOS FORTES

- Imagem
- Proatividade
- Liderança no setor e em matéria de sustentabilidade
- Solidez financeira
- Investimento em equipamentos e maquinaria/ Renovação da frota
- Formação em saúde e segurança no trabalho
- Veículos mais seguros, cómodos e eficientes
- Inovação (Veículo a gás natural)
- Segurança rodoviária (PT)
- Organização e procedimentos (PT)

PONTOS FRACOS

- Assimetria na perceção do serviço entre os dois países
- Falta de coordenação e alinhamento entre Transporte e Logística
- *Outsourcing/subcontratação* impacta a qualidade do serviço e a eficiência
- Investir na formação de recursos humanos
- Agilizar a adaptação a um novo requisito (barreiras a nível tecnológico)
- Segurança rodoviária (ES)
- Capacitação e retenção, formação, SST (ES)

OPORTUNIDADES

- Assumir frota própria para clientes relevantes
- Adaptação aos desafios e necessidades do mercado
- Agilizar a implementação de soluções (nomeadamente tecnológicas)
- Multimodalidade
- Ser parceiro entre produtores e distribuidores
- Negócio porta a porta e comércio *online*
- Investir e valorizar os colaboradores
- Inovar com qualidade

AMEAÇAS

- Qualidade do serviço
- Subcontratação
- Falta de formação dos recursos humanos
- Dificuldades estruturais de adaptação pela dimensão da empresa
- Abuso no recurso ao trabalho temporário

PT - Portugal

ES - Espanha

SST - Saúde e Segurança no Trabalho

Os desafios identificados foram analisados em conjunto com as boas práticas do setor e com as práticas da LS para integrarem a Matriz de Materialidade que resume a importância dos desafios para LS e para os *stakeholders*.

02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

MATRIZ DE MATERIALIDADE

		<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética e alterações climáticas • Segurança rodoviária • Qualidade do serviço • Formação & Envolvimento de colaboradores • Gestão subcontratados 	
Preocupações dos Stakeholders ↑	<ul style="list-style-type: none"> • Integração na comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas inteligentes de transporte • Responsabilidade social interna 	<ul style="list-style-type: none"> • Robustez financeira • Inovação • Comunicação • Intermodalidade • Saúde e segurança no trabalho • Diferenciação face à concorrência
	<ul style="list-style-type: none"> • Posição periférica 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação de fornecedores em temas de sustentabilidade • Proteção de dados 	<ul style="list-style-type: none"> • Ética e <i>Compliance</i>
			→ Importância para a LS

Dos desafios identificados na Matriz de Materialidade, a sua operacionalização interna é efetuada em **“Princípios”** que agregam as iniciativas a desenvolver para melhorar o desempenho da LS.

Foi iniciada a análise da cadeia de valor da Luís Simões, em que a importância da subcontratação de transporte foi salientada, alinhada com a importância da subcontratação na garantia do serviço de qualidade, evidenciado na consulta a *stakeholders*.

Os fornecedores de Transporte são maioritariamente de pequena dimensão (pequenas ou micro empresas) em ambos os países. Esta realidade reflete a interdependência entre empresas, mais do que financeira, mas igualmente ambiental e social. O impacto que a formação de colaboradores ou o consumo de combustível/emissões têm no serviço ao cliente, posicionam esta tipologia de fornecedores no topo das prioridades da Luís Simões em matéria de sustentabilidade.

Foi revista em 2015 a estratégia de sustentabilidade definida em 2008, com os novos desafios identificados, promovendo uma simplificação dos temas e uniformização na comunicação.

02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

Os 9 princípios de sustentabilidade da LS estão em sintonia com os seus valores, estando a sua operacionalização intimamente relacionada com as políticas já desenvolvidas pelo Grupo:

1. PRESTAR UM SERVIÇO DE QUALIDADE E RESPONSABILIDADE ELEVADA:



Desafios: Qualidade do serviço, Gestão de Subcontratados; Ética e *Compliance*; Avaliação de fornecedores em temas de sustentabilidade; Diferenciação face à concorrência; Proteção de dados.
Ver capítulo 04

- A) Respondendo às expectativas dos clientes, oferecendo soluções inovadoras e flexíveis;
- B) Garantindo elevados padrões de qualidade para a frota própria e subcontratada, para as operações internas de logística e para os serviços de Rent-a-cargo, venda e de assistência técnica a semirreboques;
- C) Garantindo elevados padrões de segurança dos produtos, incluindo a segurança alimentar, no decorrer do seu envolvimento na cadeia de abastecimento;
- D) Garantindo ausência de corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno;
- E) Conhecendo o desempenho e impacto da cadeia de valor, para apoio à gestão do desempenho do Grupo ao longo da cadeia de valor e identificação de riscos.

2. GARANTIR A ROBUSTEZ FINANCEIRA DO GRUPO:



Desafios: Robustez financeira.
Ver capítulo 08

- A) Promovendo uma política de retenção de Resultados, com reforço do seu Capital Próprio e conseqüente equilíbrio financeiro;
- B) Adequando a estrutura temporal dos capitais alheios à natureza dos investimentos financeiros;
- C) Gerindo eficientemente a carteira de clientes, com enfoque na redução do PMR (Prazo Médio de Recebimento), garantindo o financiamento do ciclo de exploração.

02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

3. PROMOVER A INOVAÇÃO:



Desafios: Inovação; Sistemas inteligentes de Transportes.
Ver capítulo 03

- A) Implementando uma cultura de inovação aos níveis de serviço, processo e organizacional, aumentando a eficiência e criando valor para o cliente e para o Grupo;
- B) Adotando as melhores soluções disponíveis para o exercício da atividade e antecipando, sempre que possível, as necessidades dos clientes e o cumprimento das exigências regulamentares.

4. PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA:



Desafios: Eficiência energética e alterações climáticas; Gestão de Subcontratados; Intermodalidade.
Ver capítulo 05

- A) Promovendo motorizações eficientes, combustíveis alternativos e soluções de inter e co-modalidade;
- B) Otimizando as rotas, diminuindo os quilómetros em vazio e aumentando a taxa de ocupação dos veículos;
- C) Investindo em formação sobre *EcoDriving*;
- D) Promovendo a eficiência energética ao nível dos armazéns, centros de assistência técnica a pesados e escritórios;
- E) Monitorizando os consumos de energia (eletricidade e combustíveis) e emissões de gases com efeitos de estufa;
- F) Investindo na relação com subcontratados de transportes e outros fornecedores, apoiando-os numa adoção crescente de critérios de sustentabilidade;
- G) Promovendo uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.

02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

5. FORMAR E ENVOLVER OS COLABORADORES:



Desafios: Formação e envolvimento de colaboradores; Ética e *Compliance*.
Ver capítulo 07

- A) Dinamizando a captação e retenção de colaboradores com potencial;
- B) Assegurando a continuidade da capacidade de gestão por via da qualificação e motivação das pessoas;
- C) Potenciando o desenvolvimento profissional e realização pessoal;
- D) Transmitindo uma visão de empresa comprometida com os seus profissionais e com o seu desenvolvimento;
- E) Garantindo o respeito pela proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente;
- F) Apoiando a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva;
- G) Contribuindo para a abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório, consequentes da sua atividade;
- H) Garantindo a ausência de discriminação no emprego.

6. PROMOVER A SEGURANÇA RODOVIÁRIA:



Desafios: Segurança rodoviária.
Ver capítulo 06

- A) Promovendo boas práticas de condução, através de formação e monitorização de desempenhos, premiando os bons comportamentos;
- B) Garantindo adequadas condições de trabalho aos motoristas, do ponto de vista de ergonomia e dos tempos de condução e repouso;
- C) Assegurando a manutenção preventiva das viaturas.

02.4 | NA ROTA DA SUSTENTABILIDADE / VALORES E ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

7. PROMOVER A SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO:



Desafios: Saúde e segurança no trabalho.
Ver capítulo 07

- A) Monitorizando e mitigando os riscos associados à atividade;
- B) Garantindo os meios adequados à promoção da Saúde e segurança no desempenho profissional;
- C) Melhorando as condições ergonómicas e o ambiente nos locais de trabalho.

8. PROMOVER A CIDADANIA INTERNA E EXTERNA:



Desafios: Responsabilidade social interna e integração na comunidade.

- A) Incentivando a cidadania dos seus colaboradores, promovendo a sua saúde e investindo em parcerias que os beneficiem;
- B) Promovendo uma aproximação crescente à comunidade, através de uma estratégia de apoio a iniciativas de cariz social;
- C) Apoiando instituições, organizações e projetos de interesse público, disponibilizando capacidades técnicas, recursos humanos e financeiros.

9. PROMOVER A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA:



Desafios: Comunicação; Integração na comunidade; Ética e *Compliance*.

- A) Estruturando canais de comunicação e dinamizando atividades presenciais para motoristas e restantes colaboradores;
- B) Promovendo comunicação estratégica e plataformas *web* de comunicação operacional com fornecedores e clientes;
- C) Comunicando de forma transparente com os media, as autoridades locais e nacionais;
- D) Promovendo visitas das instituições de ensino, famílias de colaboradores e/ou outras partes interessadas às localidades (sites) LS.

02.5 | ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

Tendo em conta a influência, a dependência e o poder que alguns *stakeholders* têm relativamente à LS, e de forma a promover a comunicação transparente, são apresentadas as formas de comunicação da Luís Simões com os seus *stakeholders*.

CLIENTES	COLABORADORES	SUBCONTRATADOS PERMANENTES
<ul style="list-style-type: none"> • Inquérito de satisfação do cliente • Portal LSnet • Newsletter digital • Apresentações • Reuniões • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Somos LS • Inquérito de satisfação dos colaboradores • Intranet • Newsletter LS Express • Ações de formação • Encontro de gestores • Cartazes • Eventos • Dia da Família LS • Portal LSnet • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de formação • Portal LSnet • E@sy7 • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais
SUBCONTRATADOS EVENTUAIS	BANCA	OUTROS FORNECEDORES
<ul style="list-style-type: none"> • Portal LSnet • E@sy7 • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões periódicas • Visitas aos principais centros • Relatório de sustentabilidade e contas • Web site LS 	<ul style="list-style-type: none"> • Cartazes • Comunicação regular • Portal LSnet • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais • Newsletter Digital • Web site LS
SINDICATOS	ASSOCIAÇÕES	UNIVERSIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Negociações de convenções de trabalho • Reuniões • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de protocolos • Participação em associações • Eventos • Web Site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas aos centros de operações • Parcerias • Comunicação standard • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais
COMUNICAÇÃO SOCIAL	ONG's	AUTORIDADES NACIONAIS/ REGIONAIS E LOCAIS
<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação <i>standard</i> • Presença comercial e institucional • Web site LS • Newsletter digital • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de protocolos • Eventos • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação <i>standard</i> • Web site LS • Relatório de sustentabilidade e contas • Redes sociais



LS ACRESCENTA VALOR COM SUSTENTABILIDADE

03

LS ACRESCENTA VALOR COM SUSTENTABILIDADE PICK TO LIGHT

Desafios: Qualidade de Serviço; Saúde e Segurança no trabalho; Envolvimento de Colaboradores.

A LS entende-se como elo diferenciador na cadeia de valor, onde o serviço de qualidade ao cliente vai de encontro à otimização de processos e inovação, criando a melhoria das condições de trabalho dos colaboradores e a flexibilidade que o cliente necessita nos seus picos de atividade.

A implementação de formatos de automatização do processo de preparação e encomendas para o canal *online* tem provado ganhos de produtividade e melhoria na saúde dos colaboradores da LS. Em 2017 prepararam-se na Luís Simões mais de 4.000 expedições diárias para o canal *e-commerce* dos seus clientes na Península Ibérica onde a automatização também presente em alguns destes processos.

COMO SURTIU?

A implementação do canal venda direta do cliente Boticário, que trabalha com a Luís Simões desde 2015, evidenciou necessidades específicas associadas ao tipo de preparação das encomendas. Devido à sua especificidade (pequenas quantidades de artigos de pequena dimensão), onde se procurava a melhoria do serviço ao cliente e da produtividade dos colaboradores, foi identificada a possibilidade de implementar uma melhoria de processo que trouxesse ainda a redução de movimentos repetitivos no processo de preparação.

O projeto foi desenhado e implementado pela Direção de Inovação e Projetos (DIP) da Luís Simões em conjunto com os operacionais do Centro de Operações Logísticas da Azambuja.

Pretendia-se melhorar a produtividade dos operadores na preparação das encomendas, reduzindo o número de movimentos repetitivos desnecessários e a redução e erros na preparação.

O projeto consistiu na implementação de um sistema de *pick to light* que tem como suporte físico três *carts* compostos por 12 *slots* com dispositivos luminosos que permitem a preparação e 12 encomendas em simultâneo.

O sistema funciona com suporte de um novo *software* que permite agrupar 12 encomendas através de um algoritmo. Esta alteração permite a redução do tempo de preparação, conseguindo preparar mais quantidade num única passagem. Esta melhoria permite aumentar a produtividade dos operadores, reduzindo o número de movimentos repetitivos.



03.1 PICK TO LIGHT

Associada a esta operação, os equipamentos de leitura de radiofrequência foram substituídos por “ring scan” - equipamentos colocados na mão que permitem a utilização das duas mãos na preparação da encomenda.

Com esta alteração foi criada ainda uma nova área de *packaging*, permitindo que o produto preparado seja devidamente acondicionado na conferência, o que permite o correto ajuste da embalagem necessária para expedição, assim como a reutilização das caixas utilizadas nos carts de preparação.

A prova de resistência do projeto decorreu durante a época do Natal com muitos dias acima das 400 guias diárias, tendo a resposta sido muito positiva. De realçar a grande recetividade que o *pick to light* teve perante os nossos operadores todos eles muito satisfeitos com o sistema.

É um fator de competitividade para a Luís Simões a implementação de processos operativos mais ajustados aos novos canais de consumo, focados na redução do consumo de materiais, em que a informação visual dá indicação das preparações a efetuar, tirando partido do percurso a efetuar, agregando preparações semelhantes para serem efetuadas em simultâneo.



QUAIS AS VANTAGENS?

Em suma, o projeto *pick to light* permitiu aumentar a velocidade de execução dos pedidos ao mesmo tempo que melhorou a sua fiabilidade através da minimização dos erros de *picking*.

Nas operações logísticas a principal causa de acidentes são as lesões músculo-esqueléticas, pelo que o esforço de implementação de processos de melhoria que reduzem esforços repetitivos nas operações são particularmente importantes para a melhoria do bem-estar e da saúde dos colaboradores.

Este projeto apresenta como ganhos:

- Melhoria da produtividade;
- Redução de erros de preparação;
- Redução dos movimentos repetitivos do colaborador;
- Redução de consumo de papel e de caixas de cartão;
- Melhoria na motivação e envolvimento dos colaboradores.

03.1 PICK TO LIGHT

VANTAGENS ECONÓMICAS

Aumento da produtividade

VANTAGENS SOCIAIS

Redução de erros - motivação dos colaboradores

Redução de esforços repetitivos - saúde dos colaboradores

VANTAGENS AMBIENTAIS

Redução de consumo de papel e cartão

Aumento da eficiência operativa

Menos custos, mais eficiência, maior segurança



ESPAÇO

GESTÃO DE ENTREPÓSITOS AQUANEIROS LDA

TRANS

4

QUALIDADE DE SERVIÇO



04 QUALIDADE DE SERVIÇO

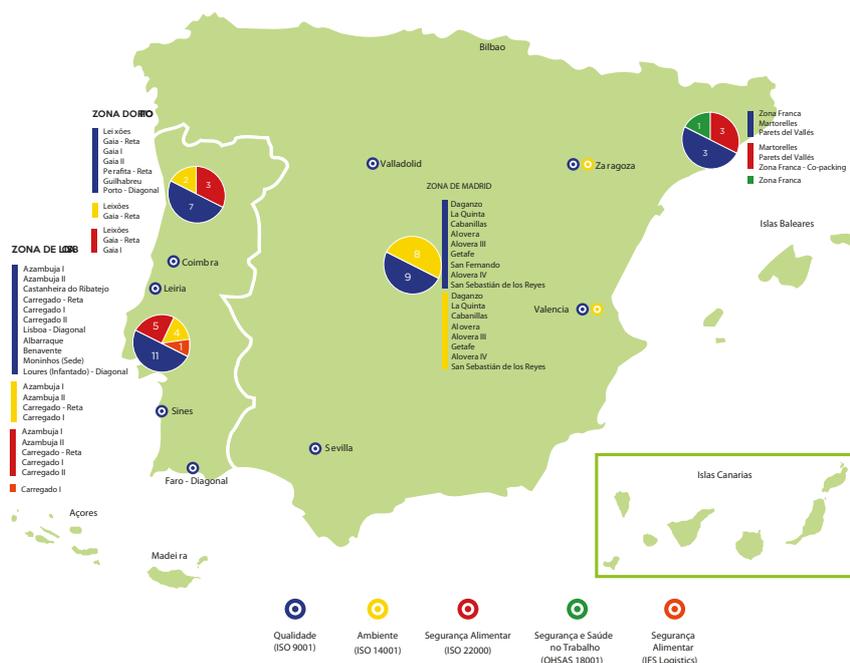


Desafios: Qualidade do serviço; Gestão de Subcontratados.
Ver Capítulo 2 - Na rota da sustentabilidade

É visão da Luís Simões ser referência ibérica em termos de qualidade de serviço do setor dos Transportes e Logística com uma postura de operador integrador, colocando as expectativas dos clientes nos seus valores, assim como na sua estratégia de sustentabilidade.

Como elo na cadeia de abastecimento, a Luís Simões assume um posicionamento de elevada responsabilidade integrando soluções de Logística e Transporte, na implementação de soluções, nomeadamente com recurso a subcontratação.

Ajustando o serviço aos requisitos dos clientes, certificou os principais centros de operações nas normas de Qualidade (ISO 9001) e Ambiente (ISO 14001), garantindo a implementação dos requisitos de segurança alimentar nos centros onde é aplicável.



O ano de 2017 foi marcado pela maior transferência de instalações já realizada pela Luís Simões. A operação foi implementada na Direção Regional de Madrid, com a transferência das operações de clientes de 4 centros logísticos para a denominada centralidade logística de Madrid (COL Cabanillas). Esta operação envolveu a transferência de mais de 80.000 paletes.

Esta operação de transferência de mais de 80.000 paletes, exigiu a necessidade de ter 4 armazéns ativos em simultâneo com o novo COL Cabanillas, implicando assim duplicação de custos, a transferência de estanterias e equipamentos, custos de desmontagem e instalação de estanterias, e custos de saída de armazéns exigidos contratualmente com os respetivos senhorios, e ainda a reorganização de layout de diversas operações de clientes. Este é claramente um investimento da Luís Simões para o futuro, suportado num armazém energeticamente mais eficiente e com automação.

04 QUALIDADE DE SERVIÇO



LUÍS SIMÕES TESTA NOVA SOLUÇÃO OPTIMIZADORA DE TRANSPORTE

A Luís Simões está atualmente a participar num projeto europeu no âmbito do Programa Horizonte 2020 - *Optimum* - com foco na investigação e desenvolvimento de matérias relacionadas com a otimização dos transportes. O projeto conta com a participação de 14 empresas de oito países e terá uma duração de aproximadamente três anos.

A solução de otimização na qual a LS participa, consiste na avaliação da introdução de preços variáveis nas portagens nacionais, uma visão inovadora e potencialmente mais eficaz, perante o atual cenário de preços fixos.

O objetivo deste projeto é permitir aos operadores de transporte acederem à informação com antecedência sobre o preço a pagar nas portagens, e assim poderem analisar se o valor é suficientemente apelativo para optarem por uma autoestrada ou por uma estrada nacional.



Caso o resultado dos testes piloto do projeto *Optimum* seja positivo, vai ser possível comprovar a hipótese de praticar preços variáveis, fazendo com que seja transferido fluxo de transporte das estradas nacionais para as autoestradas, com vantagens para o operador das estradas nacionais (redução de custos de manutenção), para o Operador das autoestradas (otimização da ocupação) e para o transportador (redução de custos e tempo/conforto envolvido na viagem). **Para além destes ganhos diretos, a introdução desta medida poderá igualmente contribuir para a redução das Emissões de Gases com Efeito de Estufa e para a redução de impacto ambiental e social nas populações residentes junto das vias nacionais.**

O maior desafio foi passar a incorporar no processo de planeamento uma variável considerada fixa: o preço da portagem. A LS está a testar determinados itinerários quase que em laboratório, permitindo ver os ganhos por troço de autoestrada, em termos de consumo e tempo versus o pagamento de portagem. A LS tem alocadas 10 viaturas e estão a ser testadas cinco autoestradas na zona centro e norte de Portugal.

“Este projeto é uma combinação de muita informação. A criação do algoritmo é fruto da investigação da equipa de projeto na qual está integrada: a LS e outros três parceiros portugueses (IP - Infraestruturas de Portugal, TIS.PT, e Uninova), e ainda investigadores de Universidades e parceiros tecnológicos de outros países da União Europeia. Podemos referir que fruto deste projeto foram já publicados papers científicos que atestam o caráter inovador e único deste processo”, afirma Pedro Ventura, Diretor de Processos e Compliance da Luís Simões.



A indústria transportadora pode vir a sofrer um impacto muito positivo caso se venha a provar cientificamente que o sistema de preços variáveis em autoestradas é mais eficiente do que a atual realidade de preços fixos. Este impacto é também mensurável ao nível da sustentabilidade, com ganhos visíveis para os vários intervenientes no processo de gestão de infraestruturas rodoviárias, meios de transporte rodoviário e também para outras entidades envolvidas, como utilizadores de viaturas em geral que poderão beneficiar de uma gestão mais eficiente das infra-estruturas rodoviárias.

Basicamente está a ser testado o desenvolvimento de um produto que as gestoras de infraestruturas poderão usar para aumentar a eficácia da gestão dos seus ativos. Numa primeira fase, para disponibilizar a operadores de frotas pesadas e, no futuro, ser acessível para qualquer utilizador privado.

04.1 SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Consistente com o posicionamento de responsabilidade e aposta no futuro, indo de encontro às necessidades de controlo da qualidade de serviço e melhoria no serviço ao cliente a Luís Simões certifica as suas atividades na península ibérica em Qualidade (ISO 9001) e Ambiente (ISO 14001) nos centros operacionais de particular relevância, com implementação do sistema HACCP, nos centros onde existam operações com produto alimentar.

Para a manutenção dos processos existentes, foram realizadas 39 auditorias internas às várias unidades de negócio, e os clientes realizaram 30 auditorias (27 nas operações de Logística e três nas unidades de Transporte). Foram ainda realizadas auditorias externas de certificação para os referenciais ISO 9001, ISO 20000, ISO 14001 e IFS (Carregado) e OHSAS (Zona Franca).

Integrado no processo de Melhoria Contínua em que estão envolvidas as empresas Luís Simões, são realizados anualmente inquéritos de satisfação do cliente. Adicionalmente os principais clientes de Transporte e Logística são seguidos mais regularmente em reuniões de acompanhamento da atividade.

Realizado no formato de inquérito online, enviado aos principais clientes dos vários negócios, enviado no decorrer do primeiro trimestre, apresentam-se os resultados referentes a 2016. Além da avaliação global do serviço prestado ao cliente, este formato tem ainda como objetivos conhecer a imagem que o cliente tem das empresas Luís Simões, avaliar as suas preocupações com o serviço, e evidenciar oportunidades de melhoria.

NEGÓCIO	ISC2015	ISC2016	2016 VS 2015
LOGISTICA IIBÉRICA	74,2%	74,7%	▲
TRANSPORTES IBÉRICOS	75,4%	74,7%	▼
RETA	66,6%	64,9%	▼
DIAGONAL	82,5%	83,2%	▲

Resultados do Inquérito de Satisfação de Clientes (ISC)

A nível global, a taxa de participação obtida foi de 37%, o que representa uma descida face ao ano anterior (56%), enquanto o nível de satisfação geral obteve uma redução face ao ano anterior.

Os temas mais valorizados foram a atenção ao cliente (78 a 80%) nos negócios de Logística e Transporte, seguido dos sistemas de informação (72%) e da qualidade do serviço (73%).

A área de *Process & Quality Assurance* fez seguimento dos planos de ação subsequentes ao relatório, permitindo uma melhor avaliação dos impactos da auscultação e das medidas implementadas.

~04.2 | TOLERÂNCIA ZERO - POLÍTICA DE OFERTAS

A ética faz parte do ADN da LS desde sempre, e é um requisito que a maioria dos clientes multinacionais valoriza. Quando publicámos o Código de Ética e Conduta, em 2016, fomos pioneiros no nosso setor. E isso é uma mais-valia para todos.

Importa lembrar que a LS não está obrigada por lei a publicar Códigos de Ética, nem a estabelecer Políticas de Ofertas. E essa é a nossa diferenciação! É uma das características que nos distingue no mercado, e à qual decidimos dar visibilidade. E se esta for mais uma forma de estruturar ações de solidariedade, tanto melhor.

Neste contexto, é com orgulho que comunicamos que, durante o ano de 2017, destinaram-se cerca de 130 paletes de produtos que nos foram oferecidos, a diversas Entidades de Solidariedade Social.

Em 2017 não sentimos a necessidade de rever a Política de Ofertas. Contudo, estamos conscientes das dificuldades de alguns Colaboradores da LS e gostaríamos de conseguir reverter os destinos das ofertas/produtos a favor dos nossos Colaboradores. Isso implicará a implementação de um sistema justo de identificação de necessidades.

“POLÍTICA DE OFERTAS....Na LS não promovemos a aceitação de ofertas. As ofertas podem influenciar decisões de gestão que devem ser imparciais e objetivas. Por isso os Colaboradores da LS não têm por prática aceitar ofertas de Clientes, Parceiros ou Fornecedores, atuais ou potenciais. Caso não seja possível recusar ou devolver a oferta, fazemos acontecer solidariedade social...”



VEÍCULO A GÁS NATURAL

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

IVECO

57-OV-95

TP



Luiz Simões
Diretor
Operações
Pós-Venda

STRALIN
330

05 | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



Desafios: Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Gestão de Subcontratados; Intermodalidade.
Ver capítulo 2 - Na rota da sustentabilidade

A eficiência energética está na base das preocupações ambientais da Luís Simões, estando diretamente relacionada com a produtividade das operações, nos Transportes pelo consumo de combustíveis fósseis e na Logística no consumo de energia elétrica, e sendo entendida como fator diferenciador.

A implementação de veículos de maior capacidade, é um dos exemplos de como a eficiência energética é fator diferenciador no desenho de soluções de transporte.

Desde 2015 que 8 *Gigaliners* substituem 24 camiões na estrada ao serviço do cliente Celbi, em 2017 compraram-se 2 Megacamiões para Espanha que aguardaram 6 meses por licença por operar, iniciando apenas em janeiro de 2018.

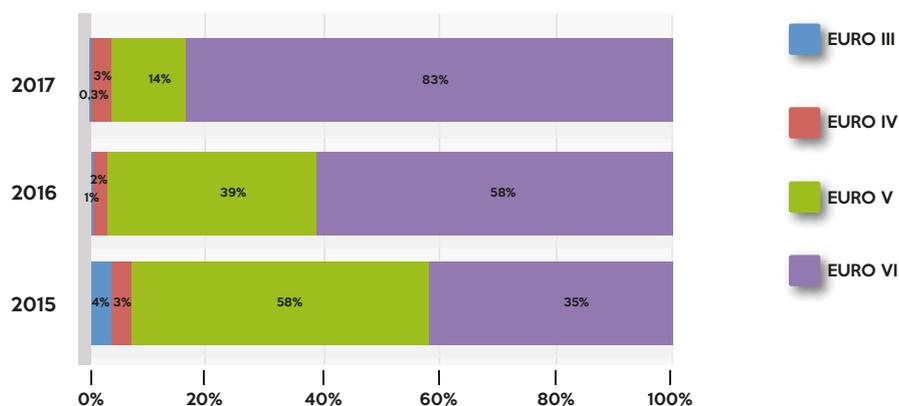
Um dos projetos que continuamos a acompanhar é a aplicação da tecnologia *WeTruck* na utilização da energia cinética na alimentação de um camião refrigerado.



05.1 COMPOSIÇÃO DA FROTA

A Luís Simões reiniciou em 2014 um novo ciclo de renovação de frota procedendo à inclusão de veículos Euro VI: tratores e 8 *Gigaliners*. Em 2016 foram comprados 212 viaturas Euro VI. Em 2017 foram adquiridos 2 Megacamiões para operar em Espanha e o investimento foi focado na aquisição de 300 semirreboques, para uma frota moderna, mais económica e segura.

O aumento da motorização EURO VI tem sido substancial, tendo atingido os 58% em 2016 e 83% em 2017, mantendo uma frota com uma idade média inferior a 3 anos.



Evolução da distribuição da frota LS por norma Euro

A frota da Luís Simões, em ciclo de renovação encontra-se já com 97% de veículos com motorizações Euro V e Euro VI, contando apenas com 3% de veículos com motorização Euro III e IV.

Na renovação de frota é considerada a eficiência energética do veículo, assim como as necessárias adaptações para minimizar o atrito e desta forma reduzir o consumo de combustível e as emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE). Nos novos tratores da MAN e IVECO realçam as adaptações efetuadas aos veículos.



05.2 | DESEMPENHO DO MOTORISTA

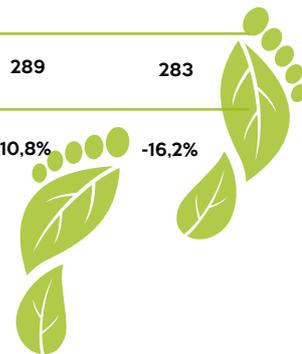
O projeto “*Ecodriving*” nasceu em 2008 com o objetivo de alterar o comportamento dos motoristas e acompanhar a sua *performance*, componente necessária para suportar a eficiência energética da frota.

Em 2017 foram realizadas 7.610 horas de formação a motoristas nos vários temas incluídos no plano de formação.

Para análise do impacto deste projeto na redução de emissões de GEE, mantém-se a comparação com o ano de referência (2007), anterior à implementação do projeto.

INDICADORES LS - EVOLUÇÃO								
ANOS	2007	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
EMISSIONES GEE (kg CO ₂ eq/l)/ 1000 KMS	1.039	988	927	961	976	961	927	870
CONSUMO ESPECÍFICO (gcp/ VK)	326	310	307	312	308	307	289	283
VARIACIÓN PARA O ANO REFERÉNCIA (2007)	0	-4.9%	-10.7%	-7.5%	-6.1%	-7.4%	-10.8%	-16.2%

Emissões gases com efeito de estufa da Frota Própria



Os impactos do projeto *Ecodriving* são visíveis, sendo fundamentais na eficiência das operações de Transporte e ao nível das emissões de Gases de Efeito de Estufa. Em 2017 conseguiu-se uma redução de 16% face ao ano de referência.



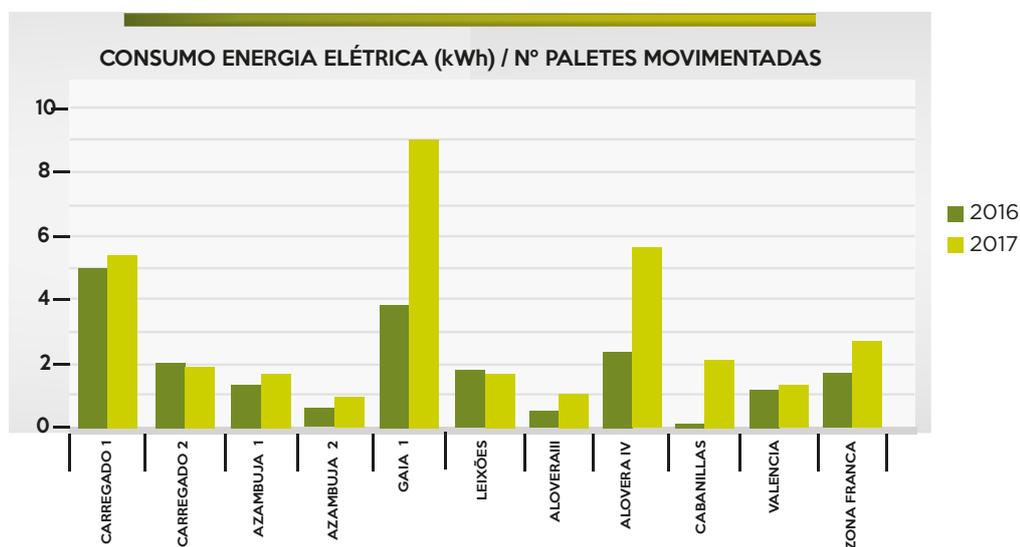
05.3 | EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS CENTROS DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS

Nos Centros de Operações Logísticas (COL) é igualmente importante o foco na eficiência energética. Nos armazéns consome-se energia elétrica e o indicador para acompanhar o consumo de energia é “kWh eletricidade consumida/Nº total de paletes movimentadas (*In + Out*)”.

No ano de 2017 apresentam-se os valores dos COL's para os quais é seguido o indicador de consumo de energia. Para estes centros contabilizam-se igualmente as emissões indiretas de gases de efeito de estufa (GEE).

CENTRO DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS		CARREGADO 1	CARREGADO 2	AZAMBUJA 1	AZAMBUJA 2	GAIA 1	LEIXÕES	ALOVERA III	ALOVERA IV	CABANILLAS	VALENCIA	ZONA FRANCA
COL	2016	3,74	2,32	1,32	0,59	3,9	1,82	0,96	2,86	-	1,19	1,58
	2017	5	2	2	1	9	2	1	6	2	1	3
KWH/PALETES MOVIMENTADAS	2016	1.404	593	189	118	462	410	55	53	-	14	39
	2017	1.210	493	174	151	508	410	36	75	127	17	39

Consumo de Energia elétrica nos COL e emissões indiretas de GEE



O COL com maior consumo de energia é a instalação do Carregado 1, que possui áreas de temperatura controlada. Por estar classificado como grande consumidor de energia, este COL tem em curso um plano de racionalização do consumo de energia, em vigor até 2019 com medidas de redução de consumo em implementação. Em 2017 verificou-se a centralização das operações no novo armazém em Cabanillas, tendo implicações nas alterações de consumo de energia com consequente aumento. Como fecharam alguns centros no 1º trimestre, não foram considerados por falta de representatividade. O novo COL Cabanillas é o primeiro COL com Certificação LEED Gold.

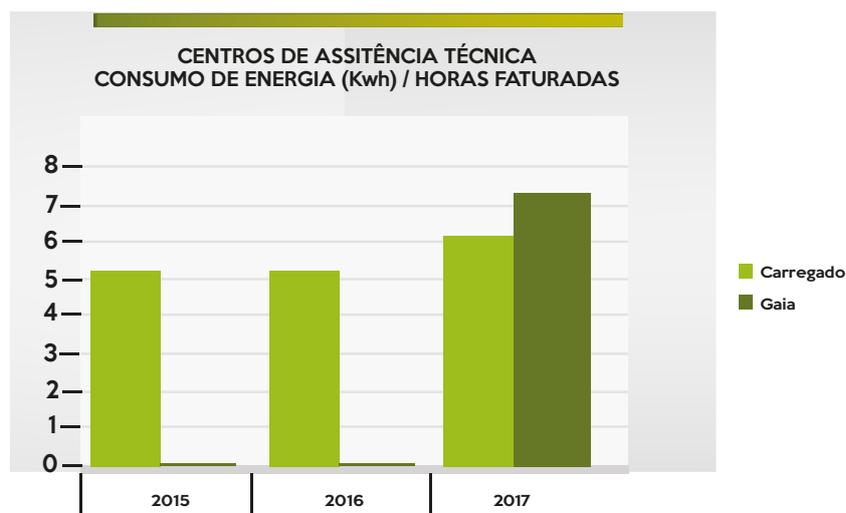
05.3 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NOS CENTROS DE OPERAÇÕES LOGÍSTICAS

O COL Cabanillas, foi o 1º armazém da LS com Certificação LEED GOLD, uma evidência dos critérios de sustentabilidade na construção do edifício, nomeadamente materiais sustentáveis e instalações eficientes que promovem a redução do consumo de recursos naturais.



A equipa da Luís Simões contribuiu de maneira proativa para a certificação LEED Gold, apoiando o como utilizadores do edifício, comprometendo-se a utilizar produtos sustentáveis e promovendo boas práticas no uso da instalação, nomeadamente no uso eficiente de energia e uso eficiente da água.

Nos Centros de Assistência Técnica (RETA) o consumo de energia é também seguido, desde 2015 o indicador de consumo de energia “Kwh/ N.º horas faturadas” no centro do Carregado e em 2017 também no centro de Gaia.





SEGURANÇA RODOVIÁRIA

es

06 | SEGURANÇA RODOVIÁRIA



Desafios: Segurança rodoviária; Saúde e segurança no trabalho.
Ver capítulo 2 – Na rota da sustentabilidade

A natureza da atividade da LS implica que centenas de colaboradores e fornecedores percorram milhões de quilómetros todos os anos nas estradas da Península Ibérica. A segurança destes colaboradores e fornecedores, assim como dos demais utentes da rede viária, é uma preocupação da LS.

A LS subscreveu em 2010 a Carta Europeia de Segurança Rodoviária em ambos os países, sendo uma das primeiras organizações de Transporte de mercadorias e Logística na Península Ibérica. Este compromisso é acompanhado com o indicador de sinistralidade “% de Condutores com 365 dias ou + sem acidentes”.

E evolução do indicador de sinistralidade acompanhado desde 2013, mantendo-se o resultado sempre acima do objetivo.



OBJETIVO	2017	2016	2015
60%	88%	84%	85%

% de Condutores com 365 dias ou + sem acidentes

No transporte rodoviário de mercadorias as exigências europeias para melhorar a visibilidade dos veículos têm vindo a aumentar, o que está alinhado com o objetivo de melhoria da segurança rodoviária. Os reboques estão abrangidos pela norma UN ECE 104 para a aplicação de fitas refletoras nas laterais e na retaguarda dos mesmos.

A LS já conta com 90% dos reboques com as novas exigências melhorando a visibilidade da sua frota.



A group of people, likely employees, are gathered in a circle. They are wearing green and white uniforms. In the center, a green ball is being held by several hands. The background is a light-colored wall. The overall scene suggests a team-building or training exercise.

FORMAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE COLABORADORES

07 | FORMAÇÃO E ENVOLVIMENTO DE COLABORADORES

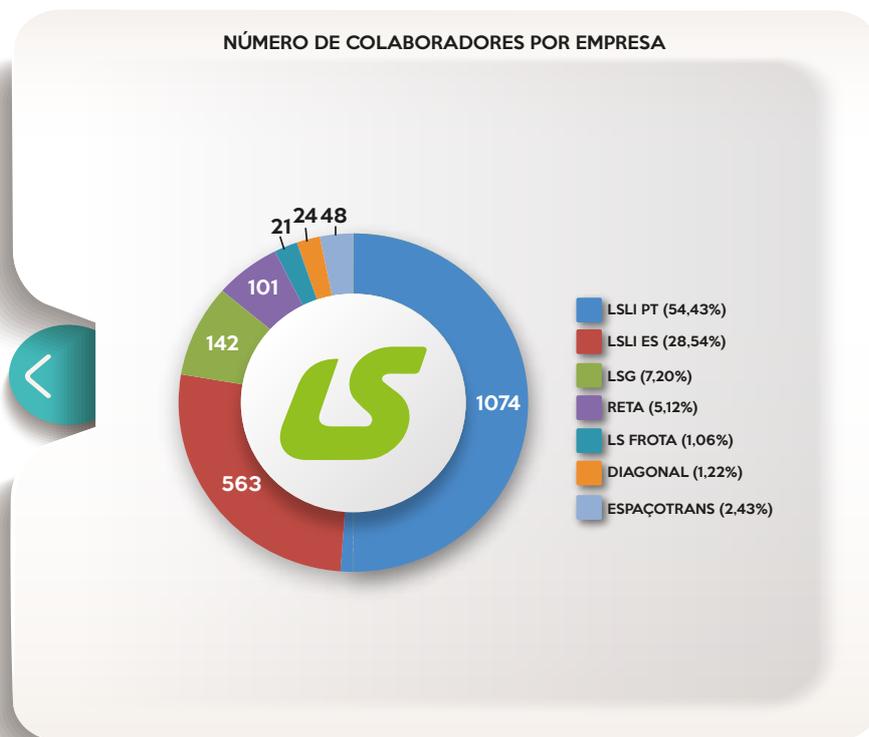


Desafios: Formação e envolvimento de colaboradores; Ética e *Compliance*.

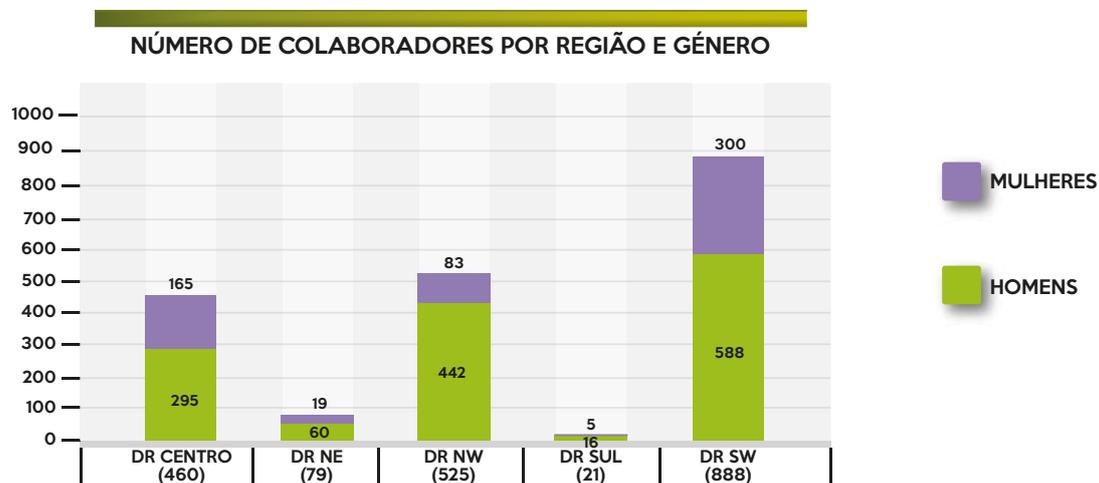
Para a LS a formação e a capacidade de envolver os colaboradores no serviço que prestamos ao cliente é a base da sua diferenciação. Tendo nos seus valores o respeito pelas pessoas, há 69 anos que a LS contribui para a criação de emprego e valor na cadeia de abastecimento.

A responsabilidade pela avaliação e cumprimento das políticas de Recursos Humanos e formação compete à Direção Corporativa de Recursos Humanos.

A LS conta atualmente com 1973 colaboradores, dispersos por empresas, e regiões geográficas. Apresentam-se os valores globais por empresa e também a dispersão geográfica (apenas nas empresas Luís Simões Logística integrada (PT + ES)).



07.1 COLABORADORES LS

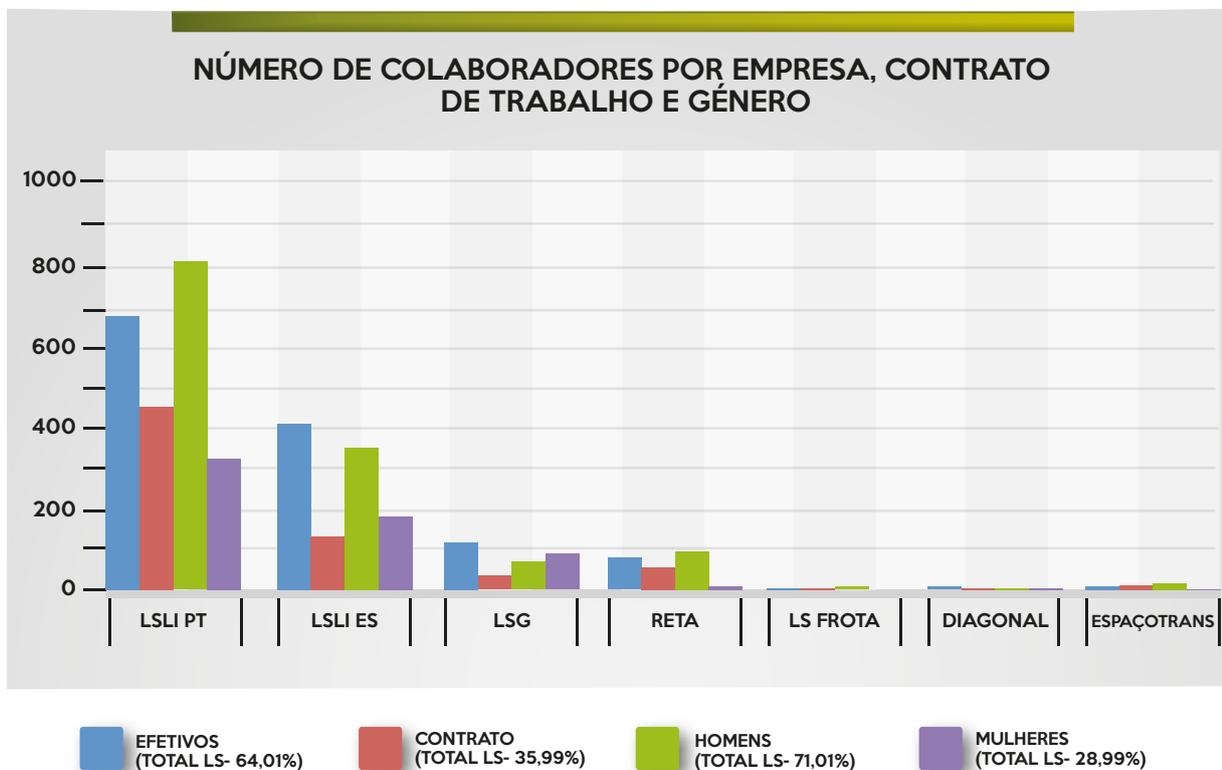


Número de Colaboradores por Região e Género (Apenas empresas LSLI em Portugal e Espanha)

Embora na LS ainda hajam mais colaboradores do sexo masculino do que do sexo feminino na verdade a LS garante a igualdade de oportunidades sem discriminação. Muitas vezes as diferenças existentes são culturais. Retrato disto é que embora ao nível da função de operador de armazém apenas 19% sejam mulheres (aumento de 2% face ao ano anterior), na gestão de topo já se evidencia uma alteração desta tendência, verificando-se que da alta direcção 60% dos cargos são ocupados por mulheres.



07.1 COLABORADORES LS



Número de Colaboradores por Empresa, Contrato de Trabalho e género

O envolvimento dos colaboradores é da maior importância para a LS. Nesse sentido anualmente são feitas as Homenagens, onde são distinguidos todos os colaboradores que, no ano anterior, completaram 15, 25, 35 e 45 anos de colaboração ininterrupta com a LS. Adicionalmente é realizada em maio de cada ano a festa da revista “Somos LS” como sinal de agradecimento a todos os colaboradores que dão do seu tempo para escrever para o jornal do grupo, ferramenta fundamental para a coesão do mesmo.



Festa da revista "Somos LS"



Homenagens Gaia



Homenagens Carregado

07.2 | FORMAÇÃO

A LS investe no plano anual de formação dos colaboradores, assim como a preparação de novos colaboradores desenhando planos de integração nas funções.

Com um volume global de mais de 30.000 horas de formação em 2017, a capacitação dos colaboradores e o seu envolvimento na organização está nas prioridades desta organização.

Com um número médio de 15h de formação por colaborador, a assimetria da formação dada por categoria funcional é significativa, embora um volume significativo se verifique nos operadores de armazém e motoristas.

OPERADORES DE ARMAZÉM	3.543 H / ANO	12%
MOTORISTA	8.764 H / ANO	29%

Número de Horas de formação em 2017

A formação em *Compliance* LS é parte integrante do Plano de Acolhimento e Integração, para todos os colaboradores, existindo formação específica consoante o nível de responsabilidade assumido por cada colaborador.

Para colaboradores que assumam funções superiores, seja quando da admissão na LS, ou em caso de mudança de funções, a formação é dada presencialmente pelo Departamento de *Compliance* e Gestão de Riscos. Para os restantes colaboradores a formação é dada pelo Departamento de Recursos Humanos, ou pela própria chefia.

No ano de 2017 foram realizadas 20 formações presenciais pelo Departamento de *Compliance* e Gestão de Riscos.

Todos os colaboradores devem estar alerta para a possibilidade de ocorrência de situações de não *compliance*, pelo que é imprescindível participarem em ações de formação/sensibilização adequadas sobre o Código de Ética e de Conduta da LS, Políticas de Ofertas, Política de Gestão de Riscos de Fraude, entre outras.

A Luís Simões é uma empresa que aposta no crescimento profissional dos seus colaboradores, com a implementação destes projetos pretende-se reforçar o papel da formação e dos processos de desenvolvimento pessoal e profissional, acrescentando valor à organização.

07.3 | PROJETOS

ACADEMIA LS

A Academia LS nasceu com o objetivo de criar um processo de formação e integração na Luís Simões para conseguir:

- Dotar as áreas corporativas e os negócios de jovens que possam acrescentar valor à organização;
- Incrementar o nível de qualificações e competências nos centros, integrando jovens com formação superior;
- Integrar jovens que contribuam para o desenvolvimento da organização, contribuindo com inovação e criatividade.
- Integrar jovens em projetos com objetivos, atividades e tarefas bem definidas e com valor para a organização;

A Academia LS tem a duração de 12 meses e todos os estagiários são acompanhados durante o período de estágio por um Tutor para receber feedback contínuo. O Tutor será o seu responsável direto.

As posições ocupadas pelos colaboradores da Academia LS, vão desde as operações, assistência a clientes ou meios, áreas corporativas ou Projetos.

Desde a primeira edição em Portugal em 2013, contabilizam-se 60 estagiários, dos quais 41 continuam na LS (68%).



07.4 | SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A sinistralidade continua a ser um grande desafio para a LS, em 2016 com o projeto *Change* foram lançadas as 10 Regras que Salvam Vidas, um passo na mudança da cultura de segurança.



Em 2017 a semana da segurança foi comemorada entre 8 e 12 de maio nos centros LS pela Península Ibérica com iniciativas de sensibilização. A divulgação das 10 Regras que salvam vidas tomou um papel importante.

Esta ação foi acompanhada pelos responsáveis da área de SST em Portugal e Espanha, com o objetivo de alertar para a importância da segurança, não só no trabalho, mas também na nossa vida pessoal. Foram realizadas várias iniciativas:

*A divulgação das 10 Regras que Salvam Vidas acompanhadas da entrega de cartões de alerta para comportamentos inseguros.

*Foi lançado o concurso de criação de um novo *slogan* de segurança.

*Iniciaram-se *workshops* de Aquecimento Laboral, destinados a operacionais. Pretendeu-se formar elementos facilitadores para implementar o aquecimento laboral nos vários centros Logísticos. Esta iniciativa procura prevenir a ocorrência de lesões músculo-esqueléticas no trabalho e a melhoria das condições de trabalho das nossas pessoas.



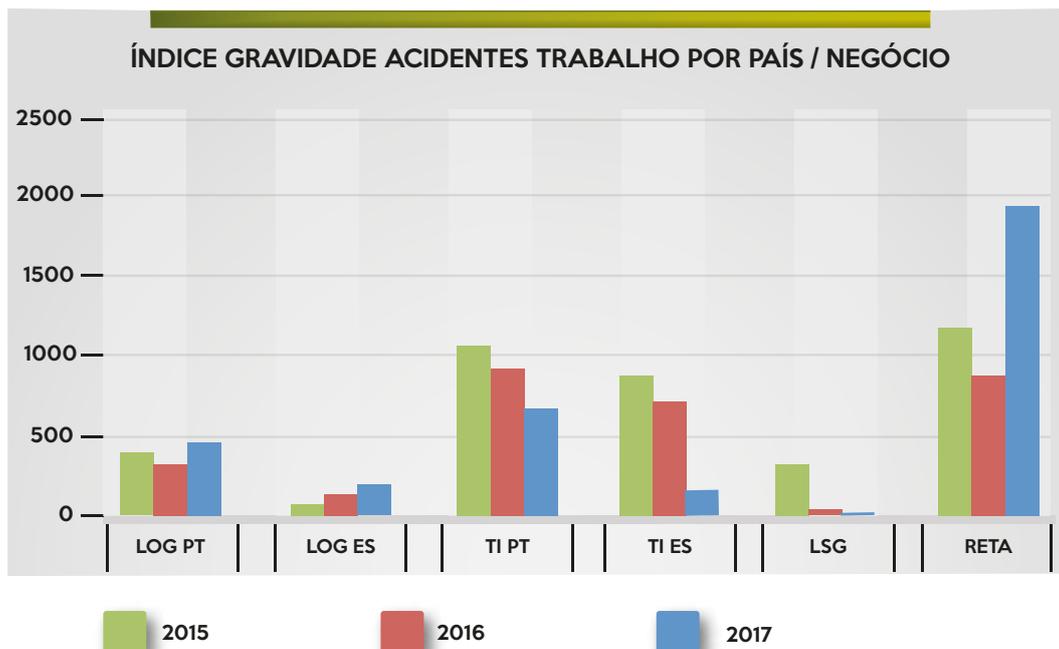
No ano de 2017 verificou-se a renovação de 95% da frota de veículos de movimentação de carga elétricos em Portugal e de 100 novos empilhadores elétricos para os Centros de Operações Logísticas em Espanha. Esta renovação, consequência do aumento de clientes, pretende reforçar a segurança e produtividade nas operações logísticas.

Relativamente à sinistralidade, verificou-se no negócio da Logística uma redução do número de acidentes de trabalho, embora o índice de gravidade a aumentar 38% em Portugal e 8% em Espanha. No negócio dos Transportes constatou-se uma redução da sinistralidade, no entanto o número de acidentes ainda aumentou em Portugal mas reduziu significativamente em Espanha. Verificou-se também uma redução significativa na gravidade dos acidentes (Índice de Gravidade -29% PT e -80% ES).

Nas restantes áreas a sinistralidade tem reduzido na gravidade. Embora a frequência de acidentes seja equivalente ao ano anterior.

07.4 | SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

O seguimento dos indicadores de sinistralidade junto dos centros, é um investimento na cultura de segurança que tem de ser reforçada todos os dias.



Índice de Gravidade¹ - Acidentes de Trabalho por Negócio e País

Além das condições de segurança, a LS garante a vigilância da saúde dos colaboradores, incentivando a sua participação nas ações de prevenção e proteção da saúde que se realizam em Portugal e Espanha:

- Vacinação antigripal
- Dádivas de Sangue
- Rastreios de PSA e mamografia
- Rastreio de glicémia
- Rastreio Visual
- Audiograma
- ECG em repouso
- Espirometria



07.4 | SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

INICIATIVAS - Semana da Segurança

Campanha do Slogan de Segurança

Foi lançado na semana da Segurança o concurso de criação de um novo slogan de segurança para todos os colaboradores da LS. O vencedor com a frase: “Para teres mais confiança dá prioridade à segurança”, foi o Duarte Alves, operador de armazém de Leixões.

Recebeu o seu prémio das mãos do Diretor Geral, Luís Freitas e da Administradora, Fernanda Simões, que fizeram menção ao reforço da segurança como um instrumento de gestão e prioridade do negócio.



Programa de Aquecimento Laboral Luís Simões

O lançamento do *workshop* de aquecimento laboral, promoveu desde maio de 2017 a prática regular de Ginástica Laboral (GL) pelos colaboradores operacionais dos armazéns/oficinas da LS.

Os exercícios de aquecimento são efetuados no início do turno e têm o objetivo de preparar as estruturas músculo-esqueléticas que serão mais solicitadas durante o trabalho, aumentar a circulação sanguínea e de certa forma “aquecer” e despertar o funcionamento das articulações e tendões.



Como as lesões músculo-esqueléticas são a principal causa de acidentes de trabalho na LS, acreditamos que esta prática poderá constituir uma “arma” muito eficaz na prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho, melhorando diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores. Estes exercícios são também importantes no combate ao sedentarismo e *stress*, reduzindo assim a sensação de fadiga no final do dia.



ROBUSTEZ FINANCEIRA

08 | ROBUSTEZ FINANCEIRA



Desafios: Robustez financeira.
Ver capítulo 2 - Na rota da sustentabilidade

A evolução do desempenho económico da LS resulta de uma estratégia de negócio sustentada que lhe conferiu a posição líder que ocupa ao nível do setor dos transportes rodoviários de mercadorias em Portugal e que lhe permitiu também fundar as bases do seu posicionamento como um relevante operador logístico e de transportes na Península Ibérica.

Este relatório incorpora o Relatório & Contas das empresas Luís Simões. Neste capítulo apresenta-se o resumo dos indicadores consolidados e no capítulo Contas consta o relatório de gestão da Luís Simões SGPS, assim como as Demonstrações Financeiras e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.



08.1 PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(VALORES EM MILHÕES DE EUROS)	2015	2016	2017
VOLUME DE NEGÓCIOS	220,3	222,1	239,2
VENDA DE MERCADORIAS 1	-	-	4,6
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	220,3	222,1	234,6
% CRESCIMENTO	-	0,8%	5,6%
EBITDA	16,4	14,6	13,2
% VOLUME DE NEGÓCIOS	7,4%	6,6%	5,5%
EBIT	4,3	3,0	1,7
% VOLUME DE NEGÓCIOS	2,0%	1,3%	0,7%
RESULTADO LÍQUIDO ²	1,8	1,7	0,6
EXERCÍCIO	0,8%	0,8%	0,2%
% VOLUME DE NEGÓCIOS			
ATIVO TOTAL	156,0	157,3	171,4
CAPITAL PRÓPRIO	42,0	42,8	42,2
DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA ²	43,8	43,9	40,9
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	2,7 X	3,0 X	3,1X
DÍVIDA FINANCEIRA LÍQUIDA (com empréstimos accionistas)	56,9	56,1	54,0
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA	3,5 X	3,9 X	4,1X

(1) Os proventos de cedência de combustível passaram a ser contabilizados como venda de mercadorias a partir de 2017.

(2) Exclui interesses minoritários.

(3) Inclui empréstimos bancários e fornecedores de imobilizado, deduzido de caixa e equivalentes (o saldo a 31-Dez-2017 encontra-se ainda ajustado por uma dívida a receber de natureza financeira de 10,0M€).

Principais indicadores financeiros consolidados

No ano de 2017, o Grupo Luís Simões apresentou um resultado do exercício inferior aos dos últimos dois anos. Esta variação foi o reflexo da transformação que a organização tem realizado em termos de crescimento e modernização, sendo de destacar a implementação de um novo *software* de gestão de negócio e o início de operações na nova centralidade em Madrid, a qual dotou a LS de uma unidade com dimensão muito relevante na região que irá contribuir com sinergias significativas resultantes da consolidação de diversas operações numa plataforma única.

~08.1 | PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

Com efeito, a atividade em 2017 foi marcada pela maior transferência de instalações já realizada pela Luís Simões. A operação foi implementada na Direção Regional de Madrid, com a transferência das operações de clientes de quatro centros logísticos para a denominada centralidade logística de Madrid (COL Cabanillas). Esta operação envolveu a transferência de mais de 80.000 paletes e a reorganização de *layout* de diversas operações de clientes, com um custo não recorrente de 2,5 milhões de euros.

Cabanillas, a centralidade logística de Madrid, tem 65.000 m² e 14 metros de altura incluindo 20.000 m² de depósitos fiscais, uma zona de temperatura controlada e zonas especializadas para *co-packing*. Trata-se de uma plataforma Logística de última geração com um automatismo de armazenagem e *picking* com capacidade para 2.400 lugares de palete que irá permitir ganhos de eficiência significativos. A plataforma obteve a certificação LEED Gold, reconhecendo os reduzidos impactos ambientais da mesma.

O negócio de Logística manteve a sua trajetória ascendente e, sendo um negócio que exige significativas massas críticas, o Grupo manteve o crescimento assente na abertura de novas plataformas que permitam alcançar uma posição de liderança e simultaneamente a dimensão necessária para introduzir a inovação que será requerida pelos clientes nos anos vindouros. Para além da centralidade de Madrid, esta expansão incluiu também a ampliação de 7.500 m² da área arrendada na Azambuja e a inauguração das novas instalações de Leixões da EspaçoTrans, que contam com 8.600 m² para impulsionar a atividade da empresa a Norte.

Para além do crescimento significativo da Logística, também o Transporte está envolvido num processo de modernização através da implementação de um novo *Transportation Management System* que estimamos poder trazer melhorias de produtividade significativas bem como dotar o Grupo de um nível de serviço diferenciador e que possa satisfazer o expectável aumento do grau de exigência dos clientes nos próximos anos.

Também ao nível dos equipamentos foi feito um investimento muito relevante com a aquisição de 300 novos semirreboques para as diversas empresas do Grupo, incluindo semirreboques de lonas, furgões, frigoríficos e lonas especiais que dispõem de várias configurações possíveis para satisfazer as necessidades dos clientes do Grupo. Destaque também para a renovação de 95% da frota de veículos de movimentação de carga elétricos em Portugal e com 100 novos empilhadores elétricos para os Centros de Operações Logísticas em Espanha. Espera-se que estes meios venham trazer um aumento da produtividade e da segurança, bem como uma redução de custos das operações Logísticas. Esta renovação foi motivada pela entrada de novos clientes e pelo incremento de atividade nos clientes atuais.



08.1 | PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

Assim, acreditamos que estes projetos de investimento irão permitir à Luís Simões continuar a afirmar-se como um dos operadores logísticos de referência na Península Ibérica, na qualidade dos serviços prestados e no segmento onde desenvolve as suas atividades.

Em 2017 a Luís Simões atingiu um volume de negócios consolidado recorde de 239,2 milhões de euros. Em 2017 o volume de negócios, por via de uma alteração da contabilização, incluiu também a cedência de combustível, pelo que, descontando este efeito, o crescimento das prestações de serviços foi de 5,6%, o mais significativo dos últimos anos.

Embora a Luís Simões tenha iniciado a sua atividade pelo Transporte Rodoviário de Mercadorias, a atividade de Logística representa atualmente 47,4% do volume de negócios consolidado, mantendo a tendência de crescimento dos últimos anos, e sendo já a atividade mais representativa da Luís Simões em termos de volume de negócios. Na Logística, encontra-se incluído o volume de negócios da Espaçostrans, empresa que complementa a área de negócio de logística da Luís Simões com a atividade de Logística Aduaneira que tem vindo a contribuir muito positivamente para o aumento do volume de negócios e da rentabilidade do Grupo. Classificados como outros negócios estão as empresas da RETA e Diagonal.

A LSLI Portugal e a LSLI Espanha, que incluem os negócios de Transporte e Logística (exceto Espaçostrans), representam cerca de 94% do volume de negócios consolidado do Grupo e registaram crescimentos consideráveis em 2017, sendo de 2,6% na LSLI Espanha e de 4,2% nas prestações de serviços da LSLI Portugal (descontando assim o efeito da alteração de registo contabilístico da cedência de combustível). Estes foram os crescimentos mais significativos de ambas as empresas nos últimos quatro anos, justificando os investimentos que têm sido realizados em inovação na antecipação dos desafios futuros.

No negócio de Transporte Rodoviário de Mercadorias, a Luís Simões presta um âmbito alargado de serviços, com destaque para o transporte de carga completa e fracionada, o aluguer de veículo com condutor, a gestão integrada de fluxos, o transporte de produção industrial, a gestão de fábricas, e o transporte dedicado, gerindo uma frota de aproximadamente 2.000 viaturas. Relativamente ao negócio de Logística, a Luís Simões disponibiliza também um portefólio de serviços abrangente, incluindo transporte, armazenagem, movimentação *in e out*, *picking*, distribuição, outros serviços de valor acrescentado tais como embalagem, etiquetagem, elaboração de *packs* promocionais (*co-packing*) e customização de produtos. A Luís Simões gere uma área de armazenagem que tem vindo a crescer significativamente ao longo dos últimos anos e aproximou-se, em 2017, dos 350.000 m² com a entrada em operação da nova centralidade na região de Madrid.



08.1 | PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

Em 2017 reforçou-se o envolvimento de alguns dos maiores clientes, prova do bom desempenho e do nível de qualidade de serviço que a Luís Simões vem demonstrando no mercado ibérico, o que aliás foi fator determinante na incorporação durante o ano de novos clientes de dimensão relevante.

O resultado do exercício da LSLI Portugal e da LSLI Espanha é um reflexo da transformação que a organização tem realizado em termos de crescimento e modernização. O negócio de operação logística exige massas críticas significativas, e nesse sentido a prioridade nos últimos anos tem sido o crescimento e a abertura de novas plataformas que permitam alcançar uma posição de liderança e simultaneamente a dimensão necessária para que a Luís Simões possa introduzir a inovação requerida pelos seus clientes.

A já referida maior operação de transferência de instalações realizada pela Luís Simões em Madrid, com a transferência das operações de clientes de quatro centros logísticos para a denominada centralidade logística de Madrid (COL Cabanillas) que tem 65.000 m² num só local, originou um custo não recorrente de 2,5 milhões de euros, e que não se irá repetir em 2018. Esta operação envolveu a transferência de mais de 80.000 paletes, exigiu a necessidade de ter quatro armazéns ativos em simultâneo com a própria centralidade, implicando assim duplicação de custos, a transferência de estanterias e equipamentos, custos de desmontagem e instalação de estanterias, e custos de saída de armazéns exigidos contratualmente com os respetivos senhorios, e ainda a reorganização de layout de diversas operações de clientes. Acreditamos que devido à sua dimensão e diferenciação, o investimento realizado com esta operação tenha a prazo um retorno bastante positivo em termos da rentabilidade da Luís Simões.

Para além da centralidade de Madrid, também a LSLI Portugal registou a entrada de duas novas operações, uma a Sul e outra a Norte, com características diferentes das operações até então geridas, e que nos primeiros meses registaram alguma improdutividade. As alterações introduzidas ao longo de 2017, que já começaram a ter efeitos no segundo semestre de 2017, irão refletir-se em pleno na rentabilidade de 2018. Adicionalmente em 2017 a LS deixou de prestar serviços de Logística para um cliente multinacional que trabalhava a nível europeu com um outro operador logístico e que, por decisão central, em 2017 decidiu transferir também a operação em Portugal para esse operador.

Em 2017 a RETA, não obstante ter observado uma redução do volume de negócios de 7,3%, conseguiu manter o resultado, tendo gerado um EBIT de 1,0 milhões de euros. A menor performance dos serviços oficiais foi compensada pelo bom comportamento do negócio de venda e aluguer de viaturas. Analisando um prazo mais longo, a RETA registou um crescimento de aproximadamente 50% nos últimos 4 anos, com um aumento gradual da rentabilidade, e mantém as suas perspetivas de crescimento para os próximos anos, sendo uma aposta estratégica da Luís Simões.

A LSG manteve em 2017 a sua estrutura de serviços partilhados relativamente estável, investindo num reforço pontual da sua Direção de Processos e Compliance e criando a Direção de Segurança, que a Luís Simões vê como estratégicas, tendo em conta as alterações regulamentares que vão sendo introduzidas com o acelerar da inovação tecnológica e tendo em conta o padrão de exigência elevado dos seus clientes. Do ponto de vista do negócio imobiliário, a Luís Simões alienou em 2017 duas plataformas logísticas localizadas em Vila Nova de Gaia, aproveitando a conjuntura positiva do mercado e com o objetivo de realocar recursos para o seu *core business*.

08.1 | PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

Nas restantes empresas, destaque para um novo crescimento muito significativo de 51,7% na Espaçostrans que, desta forma, alcança pelo segundo ano consecutivo, crescimentos próximos de 50%. O crescimento da Espaçostrans é justificado em parte pelo crescimento do comércio internacional, pela expansão da modalidade de transporte marítimo, e também pelo know-how da equipa envolvida na atividade, justificando assim a aposta que foi feita pela Luís Simões neste negócio. De referir que, em 2017, foram inauguradas as instalações de Leixões, que contam com 8.600 m² para impulsionar a atividade da empresa a Norte, sendo a única no complexo da Plataforma Logística do Porto de Leixões preparada para movimentar peças com um máximo de 30 toneladas com o auxílio de duas pontes rolantes.

Nota ainda para o crescimento de 5,2% da Diagonal que, embora mais modesto que o de 2016, ajudou a impulsionar a empresa para um nível de faturação recorde, entrando numa fase de estabilidade operacional após alguns anos de uma adaptação bem-sucedida do negócio à aquisição realizada em 2013.

O ano de 2017 foi um ano de investimentos consideráveis em ativos fixos, destacando-se a aquisição pela LSLI Portugal e LSLI Espanha de estanteria e automatismos para a nova centralidade de Madrid e a renovação da frota de tratores, bem como pela implementação de sistemas de informação inovadores e pela aquisição de sistemas de segurança e vigilância das instalações. Na RETA, mantiveram-se os níveis de investimento elevados em função da atividade de compra-venda e aluguer de viaturas.

No que concerne a fundo de maneio, não houve alterações significativas, mantendo-se o esforço e o compromisso da Luís Simões para tentar reduzir os prazos médios de recebimento, que tendem a ser algo elevados no setor onde desenvolve as suas atividades.

Os níveis de endividamento reduziram para os 40,9 milhões de euros, tendo os investimentos relevantes realizados pela LSLI Espanha, LSLI Portugal e RETA sido mais que compensados com a alienação dos imóveis pela LSG.





TABELA GRI

09 | TABELA GRI 4.0

GRI 4.0	Indicador	Localização ou avaliação
	Estratégia e análise	
G4-1	Mensagem do principal tomador de decisão da organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade.	Aos nossos stakeholders
	Perfil organizacional	
G4-3	Nome da organização.	LS SGPS
G4-4	Principais marcas, produtos e serviços.	Descubra nosso Mundo
G4-5	Localização da sede da organização.	Moninhos, Apartado 41 2671-951 Loures Portugal
G4-6	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório.	Portugal e Espanha
G4-7	Natureza da propriedade e forma jurídica da organização.	Sociedade anónima de capitais sociais
G4-8	Mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores abrangidos e tipos de clientes e beneficiários)	Ver: Descubra o nosso mundo
G4-9	Dimensão da organização, incluindo: - Número total de colaboradores; - Número total de operações; - Vendas líquidas (para organizações do setor privado)	Ver: Descubra o nosso Mundo Principais indicadores de desempenho Capitalização Total (Ativo / Cap. Próprio): 4.06
G4-(10)	N.º Colaboradores por Empresa /contrato de trabalho / género / total LS N.º Colaboradores por região e género	Ver: O nosso Mundo; Formação e Envolvimento de colaboradores; Gráfico 3
G4-11	Porcentagem do total de colaboradores cobertos por acordos de negociação coletiva.	90%
G4-12	Descrição da cadeia de fornecedores da organização.	Ver: Na Rota da sustentabilidade
G4-13	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização, inclusive: - Mudanças na localização ou nas operações da organização, como abertura, fechamento ou ampliação de instalações; - Mudanças na estrutura do capital social e de outras atividades de formação, manutenção ou alteração de capital (para organizações do setor privado); - Mudanças na localização de fornecedores, na estrutura da cadeia de fornecedores ou nas relações com fornecedores, inclusive no seu processo de seleção e exclusão.	Ver: Governação; Principais Acontecimentos

09 | TABELA GRI 4.0

G4-14	Abordagem ao princípio da precaução.	Ver; Governação, Qualidade de Serviço; A LS tem o seu sistema de Gestão certificado no âmbito da Qualidade de Serviço (ISO 9001) auditado internamente (39 auditorias) e externamente por clientes (30) e pela entidade certificadora
G4-15	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	LSLI (PT + ES): Carta Segurança Rodoviária - ver: Segurança Rodoviária"; LS: Compromisso de Pagamento Pontual (ACEGE
G4-16	Participação em associações (p. ex.: associações setoriais) e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização: - Tem assento no conselho de governo; - Participa de projetos ou comissões; - Contribui com recursos financeiros além da taxa básica como organização associada; -Considera estratégica a sua participação.	Ver: Envolvimento com Stakeholders e As associações com que o grupo Luís Simões participa
Aspetos materiais		
G4-17	a. Liste todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização. b. Relate se qualquer entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas ou documentos equivalentes da organização não foi coberta pelo relatório.	Ver: Contas
G4-18	Processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos Aspectos e forma como a organização implementou os Princípios para Definição do Conteúdo do Relatório.	Ver: Descubra o nosso mundo - Na rota da sustentabilidade / valores e estratégia de sustentabilidade
G4-19	Aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	Ver: Descubra o nosso mundo - Na rota da sustentabilidade / valores e estratégia de sustentabilidade
G4-22	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.	NA
G4-23	Relate alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Âmbito e Limites do Aspecto.	Ver: Principais Acontecimentos e Governação
Envolvimento de <i>stakeholders</i>		
G4-24	Grupos de <i>stakeholders</i> envolvidos pela organização.	Ver: Na rota da sustentabilidade
G4-25	Base usada para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> para envolvimento.	Ver: Na rota da sustentabilidade
G4-26	Abordagem adotada pela organização para envolver <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do seu envolvimento discriminada por tipo e grupo, com uma indicação de que algum envolvimento foi especificamente promovido como parte do processo de preparação do relatório.	Ver: Na rota da sustentabilidade

09 | TABELA GRI 4.0

G4-27	Principais tópicos e preocupações levantadas durante o envolvimento de stakeholders e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relatá-las. Relate os grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas.	Ver: Na rota da sustentabilidade
Perfil do relatório		
G4-28	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas.	Ano civil 2017
G4-29	Data do relatório anterior mais recente.	2016
G4-30	Ciclo de emissão de relatórios.	Anual
G4-31	Contacto para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	Cláudia Simões; claudia.simoes@luis-simoes.com
G4-32	a. Relate a opção "de acordo" escolhida pela organização. b. Relate o Sumário de Conteúdo da GRI para a opção escolhida. c. Apresente a referência ao Relatório de Verificação Externa, caso o relatório tenha sido submetido a essa verificação.	Ver: Âmbito/ Sobre este relatório Tabela GRI Relatório sem verificação externa
G4-33	a. Relate a política e prática corrente adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa. b. Se essa informação não for incluída no relatório de verificação que acompanha o relatório de sustentabilidade, relate o âmbito e a base de qualquer verificação externa realizada. c. Relate a relação entre a organização e a parte responsável pela verificação externa. d. Relate se o mais alto órgão de governo ou altos executivos estão envolvidos na busca de verificação externa para o relatório de sustentabilidade da organização.	Relatório sem verificação externa
Governança		
G4-34	Estrutura de governance da organização, incluindo os comités do mais alto órgão de governance.	Ver: Estrutura de Governança
Ética e integridade		
G4-56	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como códigos de conduta e ética	Ver: Descubra o nosso mundo - Quem somos

09 | TABELA GRI 4.0

Indicadores económicos

GRI 4.0	Indicador	Localização ou avaliação
	Desempenho económico	
G4-EC1	Valor económico direto gerado: Vendas líquidas LS.	239.231.555,09€
	Valor económico distribuído em serviços / donativos.	39.915,1€
G4-EC4	Apoio financeiro significativo recebido do Governo	93.460€

Indicadores ambientais

GRI 4.0	Indicador	Localização ou avaliação
	Energia	
G4-DMA	Abordagem de Gestão.	Ver: Eficiência Energética
G4-EN3 a)	Consumo Total de Gasóleo da frota (Unidade: Joule).	N.D.
G4-EN3 a)	Consumo Total de GNL da frota (Unidade: Joule).	N.D.
G4-EN5	Consumo Específico de combustível da Frota Própria.	282,65 gep/VK (gramas equivalentes de petróleo / valor quilómetro)
G4-EN5	Fator de Consumo de Energia Elétrica (Centros de operações logísticas).	2,88 (kwh/ n.º paletes movimentadas)
	Água	
G4-EN8	Fator de Consumo em Lavagens (RETA - Carregado).	Consumo de Água da Rede (m3) / Nº de Serviços de Lavagem=0,42
	Emissões	
G4-DMA	Abordagem de Gestão.	Ver "Eficiência Energética" A quantificação das emissões atmosféricas de GEE foi efetuada para a frota própria (âmbito 1) e para o consumo de energia elétrica (âmbito 2).
G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (âmbito 2).	3.858 TonCO ₂ eq
G4-EN18	Emissões da Frota própria em KgCO _{2e} /1000Km.	870

09 | TABELA GRI 4.0

G4-EN21	Emissões de NOx, SOx e CO2 atmosféricas significativas.	<p>RETA (medição 2016): Carregado: 8,70 kg NOx/ano Carregado: 8,70kg Sox/Ano Carregado: 117,94 COV/Ano Gaia: 279,81 COV/Ano</p>	<p>RETA Carregado: 8,70 kg NOx/ano Gaia: 9,57kg NOx/Ano Carregado: 8,70kg Sox/Ano Carregado: 117,94 COV/Ano Gaia: 279,81 COV/Ano</p>
---------	---	---	--

Indicadores sociais

GRI 4.0	Indicador	Localização ou avaliação
	Emprego	
G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de colaboradores e rotatividade por faixa etária, género e região.	N.D.
G4-LA2	Benefícios concedidos a colaboradores de tempo integral que não são oferecidos a colaboradores temporários ou em regime de meio período, discriminados por unidades operacionais importantes da organização.	N.D.
G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença maternidade/paternidade, discriminadas por género.	N.D.
	Relações laborais	
G4-LA4	Prazo mínimo de notificação sobre mudanças operacionais e se elas são especificadas em acordos de negociação coletiva.	N.D.
	Saúde e segurança no trabalho	
G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados ao trabalho, discriminados por região e género.	Ver: Formação e Envolvimento dos colaboradores - Saúde e Segurança no trabalho
G4-LA6	Índice de Gravidade de Acidentes de Trabalho (IG) = N.º dias de ausência acumulados/N.º total de dias trabalháveis	Ver: Formação e Envolvimento dos colaboradores - Saúde e Segurança no Trabalho
	Formação e educação	
G4-DMA	DMA (<i>Disclosure Management Approach</i>) - Abordagem de Gestão.	Ver: Formação e Envolvimento dos colaboradores
G4-LA9	Número médio de horas de formação por ano por empregado, discriminado por género e categoria funcional.	Ver: Formação e Envolvimento dos colaboradores
G4-LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos colaboradores em período de preparação para a aposentadoria.	N.D.
G4-LA11	Porcentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira, discriminado por género e categoria funcional.	N.D.

09 | TABELA GRI 4.0

	Diversidade e igualdade de oportunidades	
G4-LA12	Composição dos grupos responsáveis pelo governo corporativo e discriminação de colaboradores por categoria, de acordo com género, faixa etária (por género), minorias (por género) e outros indicadores de diversidade (por género).	Ver: Governação Mulheres por categoria funcional: Gestão de topo 60%; Operadores de armazém 19%; Idade média de colaboradores LS: 41 anos
	Igualdade de remuneração para mulheres e homens	
G4-LA13	Rácio entre o salário e remuneração entre mulheres e homens, discriminada por categoria funcional e unidades operacionais relevantes.	N.D.
	Avaliação das práticas laborais de fornecedores	
G4-LA14	Percentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.	N.D.
G4-LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	N.D.
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas com práticas laborais	
G4-LA16	Número de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	N.D.
	Sociedade	
	Comunidades Locais	
G4-SO1	Percentagem de operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	N.D.
G4-SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais	N.D.

Combate à Corrupção

G4-SO3	Número total e percentagem de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção e os riscos significativos identificados	N.D.
G4-SO4	Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção	N.D.
G4-SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	N.D.

09 | TABELA GRI 4.0

	Políticas públicas	
G4-SO6	Valor total de contribuições financeiras para partidos políticos e políticos, discriminado por país e destinatário/beneficiário.	0 €
	Concorrência desleal	
G4-SO7	Número total de ações judiciais movidas por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	0
	Conformidade	
G4-SO8	Valor monetário de multas significativas em decorrência da não conformidade com leis e regulamentos.	96.432€

Avaliação de fornecedores em matéria de impactos na sociedade

G4-SO9	Porcentagem de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a impactos na sociedade.	N.D.
G4-SO10	Impactos negativos significativos reais e potenciais da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas a esse respeito.	N.D.
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas com impactos na sociedade	
G4-SO11	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade registradas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	N.D.
	Direitos humanos	
	Não discriminação	
G4-HR3	Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.	0
	Liberdade de associação e negociação coletiva	
G4-HR4	Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar sendo violado ou haja risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	N.D.

09 | TABELA GRI 4.0

	Trabalho infantil	
G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil .	0
	Trabalho forçado ou análogo a escravo	
G4-HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas tomadas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	0
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas com direitos humanos	
G4-HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registadas, processadas e solucionadas por meio de mecanismo formal .	0

Responsabilidade pelo produto

	Saúde e segurança do cliente	
G4-PR1	Porcentagem das categorias de produtos e serviços significativas para as quais são avaliados impactos na saúde e segurança buscando melhorias.	N.D.
G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante seu ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.	N.D.

Rotulagem de produtos e serviços

G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização referentes a informações e rotulagem de produtos e serviços e porcentagem de categorias significativas sujeitas a essas exigências .	N.D.
G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminado por tipo de resultados.	N.D.
G4-DMA	Abordagem de Gestão	Ver: Qualidade de Serviço - Satisfação do cliente
G4-PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente	Ver: Qualidade de Serviço - Satisfação do cliente

09 | TABELA GRI 4.0

Comunicações de marketing		
G4-PR6	Venda de produtos proibidos ou contestados.	N.D.
G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultados.	0
Privacidade do cliente		
G4-PR8	Número total de queixas e reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.	N.D.
Conformidade		
G4-PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	N.D.

Nota:

- N.A. - Não aplicável
- N.D. - Não desenvolvido
- N.E. - Não existente

As associações com que o grupo Luís Simões participa:



~ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO CONSOLIDADO

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/17	31/12/16
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8	67.515.964,33	76.917.951,46
Propriedades de investimento	10	1.194.064,21	1.159.862,67
Activos intangíveis	7	4.061.359,31	1.860.106,18
Outros investimentos financeiros	18.1	87.265,38	57.583,48
Créditos a receber	18.1	1.169.217,70	1.343.970,97
Ativos por impostos diferidos	17	1.361.052,42	642.937,60
		75.388.920,35	81.982.412,36
ATIVO CORRENTE			
Inventários	11	1.469.765,91	1.470.910,12
Clientes	18.1	72.097.858,45	64.770.981,31
Estado e outros entes públicos	21,4	1.369.818,13	1.734.141,74
Outras créditos a receber	18.1	19.103.271,52	6.582.569,97
Diferimentos	21,1	817.260,94	730.312,32
Caixa e depósitos bancários	4 18.1	1.179.975,10	274.792,23
		96.037.950,08	75.563.707,69
Total do ativo		171.426.870,43	157.546.120,05

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/17	31/12/16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	18.4	30.000.000,00	30.000.000,00
Reserva legal	21.2	297.882,92	213.343,60
Outras reservas	21.2	4.095.288,11	4.562.969,49
Resultados transitados	21.2	6.891.463,17	5.770.842,50
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	21.2	268.414,41	268.414,41
		41.553.048,61	40.815.570,00
Resultado líquido do período		566.772,00	1.690.786,49
Interesses que não controlam	21.3	116.545,60	340.610,73
Total do capital próprio		42.236.366,21	42.846.967,22
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	13	202.865,47	614.267,77
Financiamentos obtidos	18.2	36.593.178,33	32.642.783,45
Passivos por impostos diferidos	17	1.537.538,50	2.426.424,67
Outras dívidas a pagar	18.2	75.000,00	90.000,00
		38.408.582,30	35.773.475,89

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/17	31/12/16
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18.2	36.554.594,21	36.507.171,63
Estado e outros entes públicos	21.4	8.236.546,65	2.417.851,05
Financiamentos obtidos	18.2	26.993.981,97	22.183.636,82
Outras dívidas a pagar	18.2	18.319.444,32	17.040.913,17
Diferimentos	21.1	677.354,77	776.104,27
		90.781.921,92	78.925.676,94
Total do passivo		129.190.504,22	114.699.152,83
Total do capital próprio e do passivo		171.426.870,43	157.546.120,05

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:

Vítor José Caetano de Sousa

Administradores

José Luís Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal | Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal | Rui Miguel Marcos Simões - Vogal | Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal

~ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	12	239.231.555,09	222.076.686,78
Subsídios à exploração	14	93.460,41	61.182,95
Trabalhos para a própria entidade	21.5	789.293,56	477.816,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(10.168.921,28)	(13.016.272,13)
Fornecimento e serviços externos	21.6	(171.899.045,84)	(161.319.160,52)
Gastos com o pessoal	19	(51.555.691,37)	(46.775.953,28)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	11	(36.286,02)	(274.991,21)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	18.1	(170.631,50)	(299.124,77)
Provisões (aumentos / reduções)	13	(41.869,84)	(429.169,53)
Outros rendimentos	21.7	9.407.659,13)	16.091.218,86
Outros gastos	21.8	(2.375.585,94)	(2.031.406,87)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.273.936,40	14.560.827,24
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	21.9	(11.577.512,14)	(11.402.030,47)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	10	-	(206.448,31)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.696.424,26	2.952.348,46
Juros e rendimentos similares obtidos	21.10	24,08	8,33
Juros e gastos similares suportados	21.11	(1.151.162,93)	(1.056.773,50)
Resultado antes de impostos		545.285,41	1.895.583,29

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2016			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Imposto sobre o rendimento do período	17	64.296,01	(565.739,32)
Resultado líquido do período		609.581,42	1.329.843,97
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa mãe		566.772,00	1.690.786,49
Interesses que não controlam	21.3	42.809,42	(360.942,52)
Resultado por ação básico	21.13	0,09	0,28

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:

Vítor José Caetano de Sousa

Administradores

José Luís Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal | Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal | Rui Miguel Marcos Simões - Vogal | Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal

~ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2017 e 2016			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de clientes		286.126.429,54	271.829.835,14
Pagamentos a fornecedores		(223.225.362,98)	(209.068.542,86)
Pagamentos ao pessoal		(32.583.921,46)	(29.835.717,63)
Caixa gerada pelas operações		30.317.145,10	32.925.574,65
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(248.086,02)	(153.717,77)
Outros recebimentos/pagamentos		(27.821.291,33)	(24.440.523,49)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.247.391,33	8.331.333,39
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16.873.422,95)	(11.870.280,84)
Ativos intangíveis		(2.511.542,72)	(100.660,23)
Investimentos financeiros		(727.589,37)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		11.919.401,44	7.329.883,17
Investimentos financeiros		12.483,33	54.093,25
Outros Ativos		-	499,37
Juros e rendimentos similares		20,15	762,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(8.180.650,12)	(4.585.702,58)

LS - LUIS SIMÕES SGPS, S.A. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2017 e 2016			
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		27.699.247,06	21.006.271,32
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(17.522.658,17)	(21.303.102,77)
Juros e gastos similares		(1.068.258,65)	(1.132.956,38)
Dividendos	21.2	(485.626,50)	(429.566,79)
Outras operações de financiamento		(1.784.262,08)	(1.854.908,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		6.838.441,66	(3.714.262,65)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		905.182,87	31.368,16
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	274.792,23	243.424,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.179.975,10	274.792,23

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado:

Vítor José Caetano de Sousa

Administradores

José Luís Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal | Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal | Rui Miguel Marcos Simões - Vogal | Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal

~ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2016

euros

	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no início do período 2016		30.000.000,00	124.681,38	4.562.969,49	4.515.827,14	268.414,41	1.773.244,37	41.245.136,79	725.882,48	41.971.019,27
Alterações no período:										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										
Aplicação de Resultados		-	88.662,22	-	1.684.582,15	-	(1.773.244,37)	-	-	-
	18.4 21.2	30.000.000,00	213.343,60	4.562.969,49	6.200.409,29	414	-	41.245.136,79	725.882,48	41.971.019,27
Resultado líquido do período							1.690.786,49	1.690.786,49	(360.942,52)	1.329.843,97
Resultado integral							1.690.786,49	1.690.786,49	(360.942,52)	1.329.843,97
Operações com detentores de capital no período										
Outras operações:										
Distribuição de dividendos	21.2	-	-	-	(429.566,79)	-	-	(429.566,79)	(24.329,23)	(453.896,02)
		-	-	-	(429.566,79)	-	-	(429.566,79)	(24.329,23)	(453.896,02)
Posição no fim do período 2016	18.4 21.2	30.000.000,00	213.343,60	4.562.969,49	5.770.842,50	268.414,41	1.690.786,49	42.506.356,49	340.610,73	42.846.967,22

LS-LUIS SIMÕES SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2017

euros

	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
Posição no início do período 2017		30.000.000,00	213.343,60	4.562.969,49	5.770.842,50	268.414,41	1.690.786,49	42.506.356,49	340.610,73	42.846.967,22
Alterações no período:										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:										
Aplicação de Resultados		-	84.539,32	-	1.606.247,17	-	(1.690.786,49)	-	-	-
Efeito de aquisição / alienação de participadas		.		(467.681,38)		-	-	(467.681,38)	(259.907,99)	(727.589,37)
	18.4 21.2	30.000.000,00	297.882,92	4.095.288,11	7.377.089,67	268.414,41	--	42.038.675,11	80.702,74	42.119.377,85
Resultado líquido do período							566.772,00	566.772,00	---	---
Resultado integral							566.772,00	566.772,00	42.809,42	609.581,42
Operações com detentores de capital no período										
Outras operações										
Distribuição de dividendos	21.2	-	-	-	(485.626,50)	-	-	(485.626,50)	(6.966,56)	(492.593,06)
		-	-	-	(485.626,50)	-	-	(485.626,50)	(6.966,56)	(492.593,06)

O Contabilista Certificado:

Vítor José Caetano de Sousa

Administradores

José Luís Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal | Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal | Rui Miguel Marcos Simões - Vogal | Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal

ANEXO CONSOLIDADO

(Montantes expressos em euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE:

O Grupo Luis Simões (“Grupo”) é constituído pela LS – Luis Simões, SGPS, S.A., e pelas suas subsidiárias.

A LS – Luis Simões, SGPS, S.A. (“Empresa”), sociedade anónima, com sede em Moninhos, Loures, foi constituída em 5 de agosto de 1996 e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A entidade tem a sua sede social na Rua Fernando Namora em Moninhos, concelho de Loures.

O Grupo opera nas seguintes áreas de negócio:

1- A atividade do transporte rodoviário de mercadorias que representa cerca de 44% do volume de negócios do Grupo lidera o mercado do transporte nacional e o mercado dos fluxos rodoviários na Península Ibérica.

2- A atividade logística que representa cerca de 48% do volume de negócios do Grupo, lidera na Logística e Distribuição de produtos de grande consumo, em Portugal, prestando serviços integrados de transporte, armazenagem, preparação de encomendas, controle de inventários e distribuição, para além de outros serviços de valor acrescentado. Em Espanha, esta atividade é também especializada em Logística e Distribuição de produtos de grande consumo.

3- As outras atividades que representam cerca de 7% da faturação global do Grupo, cumprem dois objetivos fundamentais: apoiar as atividades principais do Grupo e desenvolver negócios autónomos nos seus

mercados específicos.

A Empresa-mãe denomina-se LS – Luís Simões, SGPS, S.A..

A empresa é detida pelas entidades descritas no quadro seguinte:

Acionistas	Nº Ações detidas	% Direito de voto	% Participação
Leonel Simões & Filhas, SGPS, S.A.	1.999,700	33,33%	33,33%
Varanda do Vale, SGPS, S.A:	1.999,700	33,33%	33,33%
Mira Serra, SGPS, S.A.	1.999,700	33,33%	33,33%
José Luís Simões	300	0,01%	0,01%
Leonel Fernando Simões	300	0,01%	0,01%
Jorge Manuel Simões	300	0,01%	0,01%
	6.000.000	100,00%	100,00%

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de março de 2017. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras consolidadas serão aprovadas na Assembleia Geral de acionistas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) em vigor, na presente data.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.22.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

Em obediência ao disposto no art.º 6 do Decreto-lei nº 158/2009 de 15 de julho, republicado pelo Decreto Lei 98/2015 de 2 de junho, que aprovou

o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as subsidiárias nas quais:

- Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:
 - Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
 - Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;
 - Sendo titular de capital:
 - Tem a maioria dos direitos de voto, exceto se se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
 - Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
 - Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
 - Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
 - Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas, pelo método integral, a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que o controlo cessa.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo dos Ativos e Passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como Goodwill.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidados no exercício em que é apurada.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas Subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgiram da eliminação dos resultados

provenientes de transações intragrupo foi aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o Rendimento.

O Capital Próprio e o Resultado Líquido das Subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de Interesses que não controlam no Balanço consolidado (de forma autónoma dentro do Capital Próprio) e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respetivamente.

3.2. CONVERSÃO CAMBIAL

As demonstrações financeiras do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, moeda funcional do Grupo.

3.3. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo ou ao custo considerado (para os ativos adquiridos antes da data de transição para as NCRF's), deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os custos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos

instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

As taxas de depreciação resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são conforme segue:

Bem	2017
Edifícios e outras construções	2,00 - 33,33
Equipamento básico	5,00 - 33,33
Equipamento de transporte	10,00 - 33,33
Equipamento administrativo	8,33 - 33,33
Outros ativos fixos tangíveis	10,00 - 33,33

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização”.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada período de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo esperados dos ativos. Alterações às vidas úteis são

tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente, afetando os resultados do período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo sendo o ganho (ou a perda) reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente depreciados quando se encontram disponíveis para uso.

3.4. LOCAÇÕES

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato.

A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito, na rubrica de juros e gastos similares suportados.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação, ou quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo ou ao custo considerado (correspondendo ao justo valor na data de transição para o SNC, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade).

De acordo com os normativos contabilísticos adotados, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas demonstrações financeiras completas.

O justo valor dos outros terrenos e exercícios são determinados com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se arrendado ou não.

3.6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Reconhecimento inicial

O custo dos ativos intangíveis adquiridos separadamente reflete, em geral, os benefícios económicos futuros esperados e compreende:

- O preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- Qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo Modelo do Custo, conforme definido pela NCRF 6 - Ativos

Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos futuros associados ao ativo.

Os ativos intangíveis são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização".

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados prospetivamente.

As taxas de amortização resultantes da determinação das vidas úteis estimadas para os ativos intangíveis conforme segue:

Bem	2017
Programas de computador	16,66 - 33,33
Outros ativos intangíveis	10,00 - 20,00

3.7. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

O valor recuperável é o maior de entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

O Grupo utiliza o modelo do custo para o reconhecimento inicial das participações financeiras em entidades em que não seja obrigatório a

utilização do método da equivalência patrimonial e nas quais não existam condições para a utilização do justo valor, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

3.9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

Imposto corrente: o imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Imposto diferido: os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que

seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que possam ser utilizados.

3.10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo de aquisição, sendo adotado como método de custeio das saídas dos inventários o custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

3.11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos e passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 - Instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração dos resultados.

O Grupo classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos e passivos financeiros:

i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida;

ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e

iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado (no caso dos ativos) ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar (no caso dos passivos).

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos e pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado:

i) os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável e

ii) os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo

justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

O Grupo classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

O Grupo avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, o Grupo reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse. Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

3.12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de depósitos bancários vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Estes ativos estão valorizados ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, caixa e depósitos bancários

vencíveis a menos de três meses e descobertos bancários incluídos na rubrica de “Financiamentos obtidos” correntes do Balanço, quando estes descobertos resultam de situações pontuais.

3.13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os gastos com juros relativos a financiamentos obtidos são registados na rubrica de gastos e perdas de financiamento em resultados do exercício.

3.14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (Subsídios ao Investimento) são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo (Subsídios à Exploração) são, de uma

forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

3.15. PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é mais provável de que não que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação conhecidos e avaliados pela Gestão à data de relato.

3.16. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes créditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal, nas rubricas de Balanço “Outros créditos a receber” e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”.

3.17. RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

3.18. ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos

na rubrica “Juros e gastos similares suportados” da Demonstração de resultados.

3.19. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação,
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

3.20. CAPITAIS PRÓPRIOS

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato são reconhecidas no capital próprio, em rubrica própria. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos mesmos.

3.21. MATÉRIAS AMBIENTAIS

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

O Grupo incorre em dispêndios de caráter ambiental os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não

excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade do Grupo e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo.

3.22. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Luís Simões são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

3.22.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação/amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações/amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos em questão, considerando sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do setor.

3.22.2. Perdas por imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Em particular, da análise efetuada periodicamente aos saldos a receber poderá surgir a necessidade de registar perdas por imparidade, sendo estas determinadas com base na informação disponível e em estimativas efetuadas pelo Grupo dos fluxos de caixa que se espera receber.

3.22.3. Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos dos valores registados, nomeadamente, no que se refere aos processos em curso e às contingências.

3.22.4. Impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis

para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de desempenho no futuro.

3.23 ACONTECIMENTOS POSTERIORES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço “non adjusting events” são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de Caixa e seus Equivalentes detalha-se da seguinte forma:

	2017	2016
Caixa	18.142,01	16.006,05
Depósitos à ordem	1.161.833,09	258.786,18
Total de caixa e depósitos bancários	1.179.975,10	274.792,23

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Nos exercícios de 2017 e 2016 não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas utilizadas, nem foram identificados erros materiais.



6. PARTES RELACIONADAS

Para efeitos de apresentação destas demonstrações financeiras são considerados como partes relacionadas todas as subsidiárias da LS – Luís Simões, SGPS, S.A. e elementos chave na Gestão das mesmas.

6.1. ENTIDADES DO GRUPO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Actividade	% Participação 2017	% Participação 2016	Controlo Efectivo 2017	Controlo Efectivo 2016	RETGS (*)
LS - Luís Simões, SGPS, SA (Holding)	Moninhos - Loures	Gestão de participações sociais					Sim
Luís Simões Logística Integrada, SA (Portugal)	Moninhos - Loures	Logística e transportes	100%	100%	100%	100%	Sim
Luís Simões Logística Integrada, SA (Espanha)	Madrid - Espanha	Logística e transportes	100%	100%	100%	100%	Não
LS Frota, Lda.	Carregado - Alenquer	Transportes	100%	n/a	100%	n/a	Sim
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, SA	Moninhos - Loures	Aluguer, venda e manutenção de viaturas	100%	100%	100%	100%	Sim
Diagonal - Corretores de Seguros, SA	Moninhos - Loures	Mediação de seguros	100%	100%	100%	100%	Sim
LS - Gestão Empresarial e Imobiliária, SA	Moninhos - Loures	Serviços de suporte ao Grupo	100%	100%	100%	100%	Sim
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, SA	Carregado - Alenquer	Imobiliária	100%	100%	100%	100%	Sim
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda.	Moninhos - Loures	Imobiliária	100%	11,51%	100%	100%	Não
Espaçotrans - Gestão Entrepostos Aduaneiros, Lda.	Quebradas de Cima - Póvoa Santa Iria	Gestão de entrepostos aduaneiros	70,00%	70,00%	70%	70%	Não

(*) RETGS - Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades

Não existem subsidiárias excluídas do processo de consolidação pelo método da consolidação integral.

6.2. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA GESTÃO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram atribuídas as seguintes remunerações ao pessoal chave da gestão:

Remuneração	2017	2016
Benefícios de curto prazo dos empregados	978.347,89	955.511,09
	978.347,89	955.511,09

O Conselho de Administração do Grupo foi considerado, de acordo com a NCRF 5, como sendo o único elemento “chave” da gestão..

6.3. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

	Natureza do relacionamento (Serviços que presta)	Natureza do relacionamento (Serviços que recebe)
Outras partes relacionadas:		
Leonel Simões & Filhas, SGPS,S.A.	Suprimentos	Dividendos
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Mira Serra, SGPS, S.A.	Suprimentos	Dividendos
Outros acionistas	Suprimentos	Dividendos



b) Quantias de transações e saldos pendentes com partes relacionadas

	Ano	Suprimentos Obtidos (Nota 18.2)	Juros Suportados (Nota 21.11)
Outras partes relacionadas:			
Leonel Simões & Filhas, SGPS,S.A.	2016	195.800,00	6.970,44
	2017	195.800,00	6.852,96
Varanda do Vale, SGPS, S.A.	2016	202.800,00	7.219,68
	2017	202.800,00	7.098,00
Mira Serra, SGPS, S.A.	2016	203.800,00	7.255,32
	2017	203.800,00	7.133,04
Acionistas individuais	2016	11.683.737,67	436.199,70
	2016	12.411.327,04	412.821,31
Total	2016	12.286.137,67	457.645,14
	2017	13.013.727,04	457.645,14

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



	Programas computador	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Valores em 01.01.2016				
Quantias brutas escrituradas	5 384 867,73	690 476,12	197 338,70	6 272 682,55
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(4 766 959,30)	(184 127,02)	-	(4 951 086,32)
Quantias líquidas escrituradas	617 908,43	506 349,10	197 338,70	1 321 596,23
Adições	152 014,18	-	768 507,66	920 521,84
Transferências	177 208,70	-	(197 338,70)	(20 130,00)
Alienações, sinistros e abates				
Quantias brutas escrituradas	(1 499,00)	-	-	(1 499,00)
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	441,00	-	-	441,00
Amortizações (Nota 21.9)	(291 776,25)	(69 047,64)	-	(360 823,89)
Valores em 31.12.2016				
Quantias brutas escrituradas	5 712 591,61	690 476,12	768 507,66	7 171 575,39
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(5 058 294,55)	(253 174,66)	-	(5 311 469,21)
Quantias líquidas escrituradas	654 297,06	437 301,46	768 507,66	1 860 106,18
Adições	129 570,24	1 997 745,88	802 372,27	2 929 688,39
Transferências	39 970,00	-	(39 970,00)	-
Amortizações (Nota 21.9)	(259 856,61)	(468 596,76)	-	(728 453,37)
Regularizações	18,11	-	-	18,11
Valores em 31.12.2017				
Quantias brutas escrituradas	5 882 131,85	2 688 222,00	1 530 909,93	10 101 263,78
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(5 318 133,05)	(721 771,42)	-	(6 039 904,47)
Quantias líquidas escrituradas	563 998,80	1 966 450,58	1 530 909,93	4 061 359,31

As principais adições nos ativos intangíveis em curso ocorridas em 2017 e 2016 respeitam ao licenciamento e outros gastos com um novo software de gestão das operações de transporte (“TMS”) e que é expectável que entre em produção em 2018. As aquisições verificadas em 2017 na rubrica “Outros ativos intangíveis” referem-se a custos de obtenção de

um contrato de serviços de logística e transporte com uma duração de 5 anos.

A rubrica “Outros ativos intangíveis” inclui ainda uma carteira de seguros, a qual foi adquirida no exercício de 2013. Este ativo intangível encontra-se a ser amortizado pelo período de 10 anos, correspondendo à vida útil estimada pelo Conselho de Administração.

Os programas de computador não são propriedade do Grupo, a qual se limita a ter os respetivos direitos de uso nos termos do contrato celebrado com o fornecedor.

Não existem ativos intangíveis dados como garantias de passivos.

Não existem compromissos futuros para aquisição de ativos intangíveis.

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:



(valores expressos em euros)

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construção	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Valores em 01.01.2016								
Quantias brutas escrituradas	12 239 216,51	64 871 048,41	66 424 207,58	836 292,31	8 793 050,73	2 266 034,28	9 389 404,05	164 819 253,87
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(35 220 619,03)	(39 259 684,58)	(826 872,98)	(7 878 469,99)	(1 525 455,91)	-	(84 711 102,49)
Quantias líquidas escrituradas	12 239 216,51	29 650 429,38	27 164 523,00	9 419,33	914 580,74	740 578,38	9 389 404,05	80 108 151,38
Adições	-	469 443,14	7 474 131,91	3 796,00	528 338,07	141 032,26	2 578 443,30	11 195 184,68

(valores expressos em euros)

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
Transferências	-	6 207 238,42	529 683,25	-	4 864,26	1 848,85	(6 761 476,56)	(17 841,78)
Alienações, sinistros e abates								-
Quantias brutas escrituradas	-	(1 497 589,92)	(14 297 910,51)	(13 500,00)	(27 625,89)	(103 273,33)	(14 191,64)	(15 954 091,29)
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	1 451 892,95	11 027 931,03	11 604,16	19 234,76	102 314,99	-	12 612 977,89
Depreciações (Nota 21.9)	-	(2 827 562,83)	(7 597 993,75)	(5 461,73)	(462 624,73)	(132 786,38)	-	(11 026 429,42)
Valores em 31.12.2016								
Quantias brutas escrituradas	12 239 216,51	70 050 140,05	60 130 112,23	826 588,31	9 298 627,17	2 305 642,06	5 192 179,15	160 042 505,48
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(36 596 288,91)	(35 829 747,31)	(820 730,55)	(8 321 859,96)	(1 555 927,30)	-	(83 124 554,02)
Quantias líquidas escrituradas	12 239 216,51	33 453 851,14	24 300 364,92	5 857,76	976 767,21	749 714,77	5 192 179,15	76 917 951,46
Adições	-	276 989,07	12 662 137,05	-	682 933,99	722 520,52	1 957 067,50	16 301 648,13
Transferências	-	3 510,00	1 168 852,87	-	79 054,43	(2 610,43)	(1 248 806,87)	-
Alienações, sinistros e abates								-
Quantias brutas escrituradas	-	(24 016 766,92)	(11 882 463,97)	(378 825,00)	(103 134,39)	(125 865,36)	-	(36 507 055,64)
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	11 934 274,42	9 136 761,84	378 825,00	82 754,49	119 855,35	-	21 652 471,10
Depreciações (Nota 21.9)	-	(2 704 896,76)	(7 435 315,30)	(2 376,04)	(474 274,87)	(217 408,05)	-	(10 834 271,02)
Outras regularizações	-	-	-	-	-	-	(14 782,70)	(14 782,70)
Valores em 31.12.2017								
Quantias brutas escrituradas	12 239 216,51	46 313 872,20	62 078 638,18	447 763,31	9 957 481,20	2 899 686,79	5 885 657,08	139 822 315,27
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-	(27 366 911,25)	(34 128 300,77)	(444 281,59)	(8 713 380,34)	(1 653 480,00)	-	(72 306 353,94)
Quantias líquidas escrituradas	12 239 216,51	18 946 960,95	27 950 337,41	3 481,72	1 244 100,86	1 246 206,80	5 885 657,08	67 515 961,33

As principais adições ocorridas em 2017 respeitam à aquisição de estanterias, hardware, equipamentos de rádio frequência e equipamentos de videovigilância.

As principais transferências do ano de 2017 referem-se à preparação do novo centro logístico de Madrid, que começou a ser utilizado no início de 2017.

As alienações ocorridas em 2017 respeitam, essencialmente, à alienação de dois imóveis e a alienação de viaturas.

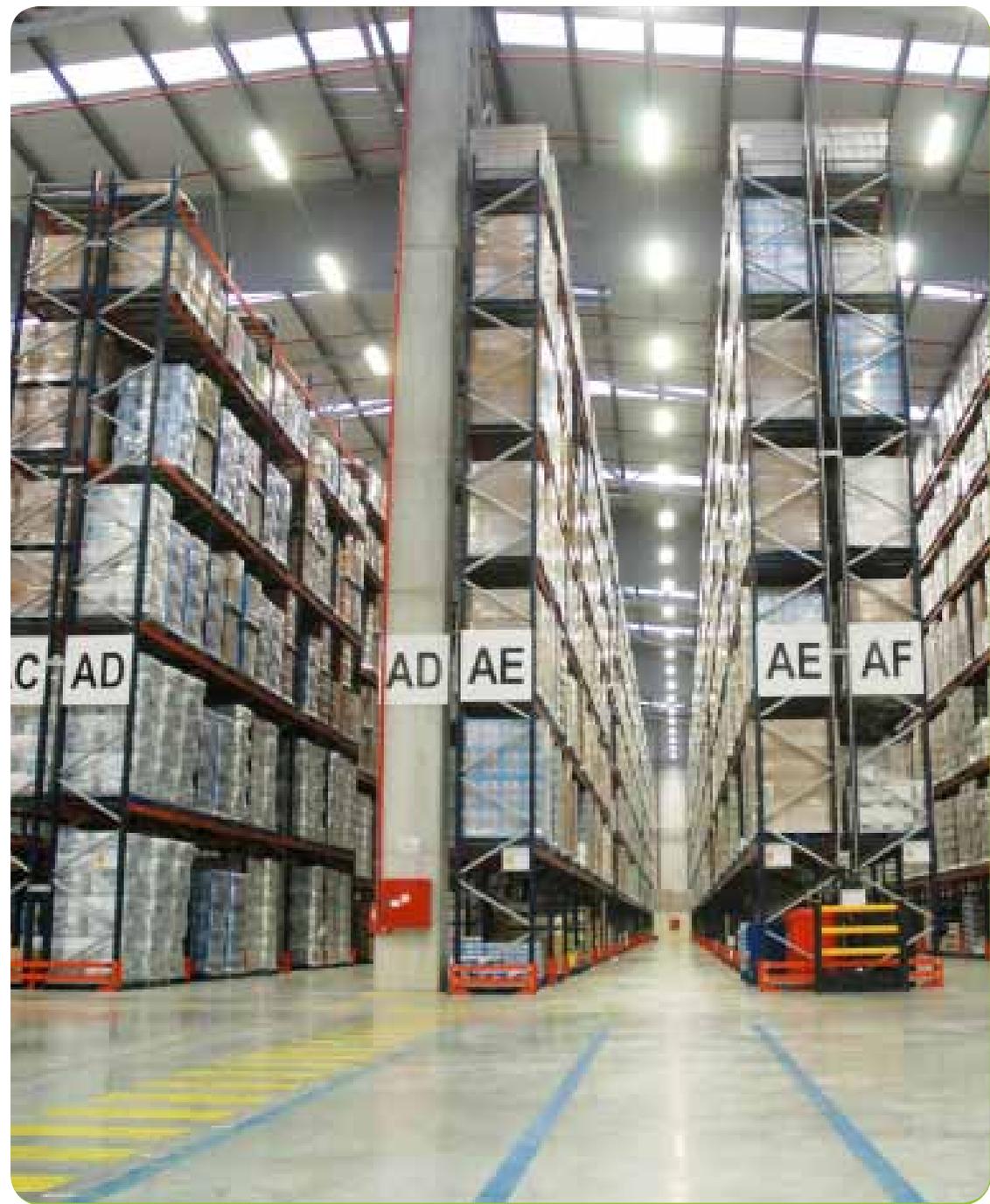
Não existem ativos fixos tangíveis dados como garantias de passivos, nem hipotecas sobre Terrenos e os Edifícios que sejam propriedade do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com exceção dos ativos adquiridos em regime de locação financeira (Nota 9). A quantia de dispêndios reconhecida no ativo fixo tangível em curso compõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016
Viaturas em preparação	298 244,00	781 852,87
Terminal da Azambuja	2 603 385,98	2 602 405,98
Novo Centro Logístico Madrid	2 530 629,59	1 683 443,96
Outros	453 397,51	124 476,34
	5 885 657,08	5 192 179,15

O ativo fixo tangível referente ao terminal da Azambuja diz respeito a dois terrenos, os quais irão ser utilizados pela empresa num futuro próximo, no âmbito da sua atividade.

O valor referente ao novo centro logístico de Madrid respeita à instalação de um armazém automático, que se prevê que fique concluído no primeiro semestre de 2018.

Durante o exercício de 2017, não foi reconhecido nos resultados valores relativos a indemnizações a receber de seguradoras relativas a sinistros



por perda total de viatura. No exercício de 2016 o montante reconhecido ascendeu a 23.543,94 Euros.

9 – LOCAÇÕES

Locações financeiras

A quantia escriturada líquida dos bens em regime de locação financeira à data de balanço, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	31/12/17	31/12/16
Ativos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	2.196.421,11	2.196.421,11
Edifícios e outras construções	9.052.898,32	9.483.099,76
	11.249.319,43	11.679.520,87

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue::

	31/12/17		31/12/16	
	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos	Pagamentos Mínimos	Valor Presente de Pagamentos
Até 1 ano	1 489 287,31	1 489 126,45	1.477.561,91	1.461.980,54
Entre 1 ano e 5 anos	1 780 654,46	1 776 718,21	3.255.799,81	3.241.877,67
Total dos pagamentos mínimos	3 269 941,77	3 265 844,66	4.733.361,72	4.703.858,21
Encargos financeiros	(14 097,11)	n/a (*)	(29.503,52)	n/a (*)
Valor presente dos pagamentos mínimos	3 255 844,66	3 265 844,66	4.703.858,21	4.703.858,21

(*) - não aplicável



O Grupo tem contratos de locação para terrenos e edifícios.

Os contratos referidos não prevêem rendas contingentes e incluem opção de compra.

Locações operacionais

Os futuros pagamentos mínimos não canceláveis das locações operacionais em 31 de dezembro 2017 e 2016 são detalhados conforme se segue:

	2017			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de Imóveis	9 708 029,86	8 237 644,61	20 922 101,26	9 224 214,30
Locações de Viaturas Ligeiras	591 795,08	516 648,70	612 441,84	-
Locações de Viaturas Pesadas	3 298 970,53	3 488 447,32	4 013 979,43	-
Locações de Empilhadores	2 779 215,54	2 171 736,96	6 852 536,66	45 939,30
	16 378 011,01	14 414 477,59	32 401 059,19	9 270 153,60
	2016			
	Gasto do exercício	Pagamentos futuros mínimos		
		Até 1 ano	1 ano e 5 anos	A mais de 5 anos
Locações de Imóveis	7.279.239,41	5.457.406,69	8.568.776,00	-
Locações de Viaturas Ligeiras	530.360,95	491.956,97	762.356,71	-
Locações de Viaturas Pesadas	2.837.891,61	3.179.117,28	5.313.831,72	-
Locações de Empilhadores	2.286.233,00	919.551,71	882.248,32	-
	12.933.724,97	10.048.032,65	15.527.212,75	-

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios não afetos à atividade do Grupo e apresentam a seguinte evolução:

	31-12-2017	31-12-2016
A 1 de Janeiro		
Valor bruto	1.440.293,88	1.440.293,88
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(280.431,21)	(59.205,74)
Valor líquido	1.159.862,67	1.381.088,14
Depreciações (Nota 21.9)	(14.787,75)	(14.777,16)
Quantia bruta	-	(206.448,31)
Outras alterações	48.989,29	-

A 31 de Dezembro

Valor bruto	1.489.283,17	1.440.293,88
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(295.218,96)	(280.431,21)
Valor líquido	1.194.064,21	1.159.862,67

As propriedades de investimento têm como finalidade a cedência de exploração a entidades externas.

No decorrer do exercício de 2016 o Grupo obteve uma avaliação de mercado relativa a parte das propriedades de investimento, as quais revelaram que o seu justo valor era inferior ao seu valor contabilístico em 206.448,31 Euros, tendo procedido ao registo da respetiva perda por imparidade.

O justo valor dos ativos à data do balanço é superior aos valores apresentados nas demonstrações financeiras do Grupo a essa data.



Em 31 de dezembro de 2017 não existiam propriedades de investimento apresentadas como garantias a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017 não existiam obrigações contratuais significativas de compra, construção ou desenvolvimento de propriedades de investimento.

O Grupo reconheceu na demonstração de resultados por naturezas consolidadas, na rubrica outros rendimentos e ganhos, o montante de 40.348,31 Euros (47.239,05 Euros em 2016) relativo a rendas de Propriedades de Investimento(Nota 21.7).

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, os inventários do Grupo eram detalhados conforme se segue:

	2017	2016
Mercadorias		
Montante bruto	1 368 756,81	1.351.965,69
Perdas por imparidade	(303 309,28)	(267.023,26)
	<u>1 065 447,53</u>	<u>1.084.942,43</u>
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo		
Montante bruto	412 286,33	393.935,64
Perdas por imparidade	(7 967,95)	(7.967,95)
	<u>404 318,38</u>	<u>385.967,69</u>
	<u>1 469 765,91</u>	<u>1.490.910,12</u>

Os inventários indicados no quadro acima correspondem a terrenos, peças adquiridas para reparações e manutenção de viaturas e combustível para utilização nas viaturas próprias e cedência a subcontratados.



Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as quantias de inventários reconhecidas como gasto foram as seguintes:

Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

	Mercadorias	MP, subsid. consumo	Total
Inventários em 1 de Janeiro de 2016	1 350 739,76	404 966,85	1 755 706,61
Compras	4 958 025,47	8 116 375,26	13 074 400,73
Perdas por imparidade	(267 023,26)	(7 967,95)	(274 991,21)
Regularizações de inventários	-	(67 933,88)	(67 933,88)
Existências em 31 de Dezembro de 2016	1 084 942,43	385 967,69	1 470 910,12
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 956 799,54	8 059 472,59	13 016 272,13
Inventários em 1 de Janeiro de 2017	1 084 942,43	385 967,69	1 470 910,12
Compras	3 819 349,17	6 474 421,62	10 293 770,79
Perdas por imparidade	(36 286,02)	-	(36 286,02)
Regularizações de inventários	-	(89 707,70)	(89 707,70)
Existências em 31 de Dezembro de 2017	1 065 447,53	404 318,38	1 469 765,91
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 802 558,05	6 366 363,23	10 168 921,28

Os montantes acima apresentados como custo incluem 4.503.920,75 Euros (6.574.766,46 Euros em 2016) referentes ao consumo dos combustíveis vendidos a subcontratados. O rédito relativo às vendas de combustíveis do exercício de 2017 está registado na rubrica “Vendas de mercadorias” (Nota 12), em exercícios anteriores encontrava-se registado na rubrica “Outros rendimentos” (Nota 21.7).

Ajustamentos reconhecidos como gasto do período:

	2017	2016
Perdas por Imparidade:		
Mercadorias	36.286,02	267.023,26
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	-	7.967,95
	<u>36.286,02</u>	<u>274.991,21</u>

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2017 foi registado uma perda de imparidade no valor de 36.286,02 Euros, no âmbito de uma análise crítica à obsolescência e rotatividade das mercadorias.

No decorrer do exercício de 2016, o Grupo obteve avaliações de mercado relativas aos terrenos registados como inventários, as quais revelaram que o justo valor dos mesmos era inferior ao seu valor contabilístico em 274.991,21 Euros, tendo procedido ao registo da respetiva perda por imparidade.

12. RÉDITO

O rédito reconhecido pelo Grupo em 2017 e 2016, é detalhado conforme se segue:

	2017	2016
Venda de Mercadorias		
Mercadorias	8.245.731,68	4.458.357,58
Devolução de Vendas	-	(15.341,78)
Descontos e Abatimentos	(41.788,15)	(24.192,07)
	<u>8.203.943,53</u>	<u>4.418.823,73</u>

Prestação de Serviços		
Serviços	231.052.984,95	217.676.295,21
Descontos e Abatimentos	(25.373,39)	(18.432,16)
	<u>231.027.611,56</u>	<u>217.657.863,05</u>
	<u>239.231.555,09</u>	<u>222.076.686,78</u>

A repartição do rédito apurado por negócio e por mercados geográficos é a seguinte:

	2017	2016
Logística	114.268.195,21	100.455.764,34
Transportes	106.441.077,59	106.907.419,40
Combustíveis	4.640.229,78	-
Outros	13.882.052,50	14.713.503,04
	<u>239.231.555,09</u>	<u>222.076.686,78</u>

	2017	2016
Mercado Interno	227.000.786,09	209.368.576,93
Mercado Externo	12.230.769,00	12.708.109,85
	<u>239.231.555,09</u>	<u>222.076.686,78</u>

Em exercícios anteriores o rédito relativo à venda de combustíveis era registado na rubrica “Outros rendimentos” (Nota 21.7).

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. PROVISÕES

Os valores registados na rubrica de provisões referem-se à melhor estimativa da administração para fazer face às perdas estimadas como prováveis relativamente aos processos judiciais em curso.

O movimento ocorrido na rubrica de provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para processos judiciais em curso
A 1 de janeiro de 2016	547.435,87
Utilizações no ano	(362.337,63)
Reversões do ano	(79.705,83)
Aumentos do ano	508.875,36
A 31 de dezembro de 2016	614.267,77
A 1 de janeiro de 2017	614.267,77
Utilizações no ano	(453.272,14)
Reversões do ano	(141.834,63)
Aumentos do ano	183.704,47
A 31 de dezembro de 2017	202.865,47

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo registou gastos de 41.869,84 Euros e 429.169,53 Euros, respetivamente.

13.2. PASSIVOS CONTINGENTES

Existe um processo em tribunal contra o Grupo em que é peticionada uma indemnização por causa de um acidente ocorrido no interior das instalações do mesmo, para o qual não foi possível estimar o valor do eventual encargo a incorrer. A contingência máxima deste processo ascende a 150.000 Euros, que corresponde ao valor da indemnização peticionada.

Adicionalmente existe outro processo em tribunal contra a Empresa e uma Seguradora interposto por familiares de um ex-colaborador que recebeu uma indemnização da Seguradora devido a um acidente de trabalho. A contingência máxima deste processo ascende a 1.823.425 Euros, que corresponde ao valor da indemnização peticionada, e que, se entende que a mesma está coberta pelo seguro.

O Conselho de Administração, com base na opinião dos seus consultores legais, entende que o risco de perda é reduzido, não tendo registado qualquer provisão para este efeito.

13.3. ATIVOS CONTINGENTES

As subsidiárias Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Portugal) e Luís Simões Logística Integrada, S.A. (Espanha) procederam à reclamação do "Impuesto sobre las Ventas Minoristas de Determinados Hidrocarburos" (IVMDH), tanto às Comunidades Autónomas como à Agência Estatal de Administração Tributária (AEAT), referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2012.

O IVMDH incumpe a normativa comunitária harmonizadora dos Impostos Especiais e em concreto o artigo 3, numero 2 da Directiva 92/12/CEE do Conselho, de 25 de fevereiro de 1992, relativa ao regime geral, mandato, circulação e controlo dos produtos objeto de Impostos Especiais. Com data de 27 de fevereiro de 2014, o tribunal de justiça da União Europeia declarou que o IVMDH é contrário à Directiva sobre os Impostos Especiais,

o que permite que as empresas possam reclamar o valor às respetivas administrações públicas.

O valor total reclamado a 31 de dezembro de 2017 é de 4.531.858,09 Euros, acrescidos de juros de mora. Durante o exercício de 2017 foi devolvido o montante de 73.132,54 Euros acrescido de juros de mora no valor de 532,64 Euros, evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como “Outros recebimentos”. Assim, não se encontram registados contabilisticamente à data de fecho, os valores reclamados cujo montante ascende a 1.558.399,52 Euros acrescido dos respetivos juros de mora, os quais são registados na medida da confirmação por parte da Administração Fiscal espanhola que os montantes serão devolvidos.

O montante indicado no parágrafo anterior inclui um valor de 690.545 Euros, reclamado por via da “Responsabilidad Patrimonial del Estado (español)”, em fevereiro de 2015, relativamente aos períodos que já estavam prescritos (Primeiro trimestre de 2002 a terceiro trimestre de 2004 e primeiro a terceiro trimestres de 2009).

13.4. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em fevereiro de 2013 e março de 2014 o Grupo foi notificado pelo Departamento de Fiscalização do Instituto de Segurança Social para apresentar diversa documentação, a qual foi entregue dentro dos prazos definidos. Até à data de elaboração destas demonstrações financeiras não foi recebida qualquer informação por parte do Instituto de Segurança Social sobre o resultado do referido processo de fiscalização. É nossa convicção de que, do processo de fiscalização, não irão resultar infrações que possam influenciar de forma significativa estas demonstrações financeiras.

14. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

A natureza e extensão dos subsídios do governo reconhecidos nas

demonstrações financeiras consolidadas encontram-se discriminados no quadro seguinte:

	2017	2016
Subsídios do Estado		
Estágios	22 860,00	27.721,58
Incentivos ao Emprego	36 743,71	28.016,61
Incentivo Optimum	19 322,95	-
Incentivo Viatura a Gás	14 533,75	-
Outros	-	5.444,76
	93 460,41	61.182,95

O Grupo em 2017 e 2016 não beneficiou diretamente de quaisquer outras formas de apoio do Governo.

15. ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos rendimentos e gastos relativos a diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis.

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não se registaram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2017 que pela sua relevância e materialidade requeiram ajustamento ou divulgação, conforme descrito na nota 3.23.

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo, em Portugal, encontra-se sujeito a Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Coletivas “IRC”, à taxa de 21% sobre a matéria

coletável. A tributação é acrescida de Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando uma taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

Adicionalmente, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 a 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 a 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros (9% para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2018).

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a Empresa está sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Algumas empresas do Grupo, subsidiárias em Portugal encontram-se englobadas no Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”), nos termos do artigo 69º e seguintes do CIRC, liderado pela acionista LS - Luís Simões, SGPS, S.A., pelo que os impostos apurados individualmente estão refletidos no saldo da acionista incluído na rubrica de Acionistas/Sócios. A subsidiária estrangeira é tributada de acordo com as regras fiscais vigentes no respetivo país de origem.

As empresas incluídas no “RETGS” são apresentadas no quadro seguinte:

Empresa	Data Início
LS - Luís Simões, SGPS, S.A.	01-01-2007
Luís Simões Logística Integrada, S.A. - Portugal	01-01-2007
Reta - Serviços Técnicos e Rent-a-Cargo, S.A.	01-01-2007
Diagonal - Corretores de Seguros, S.A.	01-01-2007

LS - Gestã Empresarial e Imobiliária, S.A.	01-01-2011
LS Frota, Lda.	01-01-2016
Patrimundus - Investimentos Imobiliários, S.A.	01-01-2017

A LS - Luís Simões, SGPS, S.A., como sociedade dominante, é responsável pelo cálculo do lucro tributável do grupo, através da soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados nas declarações de rendimentos de cada um das sociedades dominadas pertencentes ao “RETGS”.

O encargo do ano com imposto a pagar é contabilizado em cada uma das empresas que fazem parte do Grupo em função do respetivo lucro tributável. O eventual ganho ou perda decorrente do “RETGS” é reconhecido em cada uma das empresas pertencentes ao Grupo Fiscal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios de 2014 a 2017 poderão vir ainda a estar sujeitas a revisão e correção. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terá um efeito limitativo nas demonstrações financeiras em análise.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis “PFR” em Portugal é o indicado no quadro seguinte:

Prazo de reporte	Períodos de tributação
4 anos	2010 e 2011
5 anos	2012, 2013 e 2017
12 anos	2014 até 2016

Em Espanha, a dedução dos “PFR” não tem qualquer limite temporal.

A dedução dos prejuízos fiscais reportáveis “PFR” está limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

17.1. DIVULGAÇÃO SEPARADA DOS SEGUINTE PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS:

a) Gasto (rendimento) por impostos;

O Gasto (rendimento) por impostos é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Imposto Corrente		
IRC do ano	1.542.704,97	433.944,98
	1.542.704,97	433.944,98
Imposto Diferido		
Originados e objecto de reversão por diferenças temporárias	(1.607.000,98)	131.794,34
	(1.607.000,98)	131.794,34
	(64.296,01)	565.739,32

No período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não se verificaram ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores.



Ativos por impostos diferidos

	Base				31-12-2017
	31-12-2017	Aumentos	Diminuições	Ajust. Consolid.	
Imparidade de ativos:					
Perdas por imparidade em dividas a receber	622.709,75	804.564,17	(622.709,75)	-	804.564,17
Limitação dedução de depreciações e amortizações 2013 e 2014	899.190,85	-	(112.398,86)	-	786.791,99
Perdas por imparidade em Propriedades de Investimento	206.448,31	-	-	-	206.448,31
Prejuízos fiscais	10.405,15	2.366.940,07	-	-	2.377.345,22
	1.738.754,06	3.171.504,24	(735.108,61)	-	4.175.149,69
Ajustamentos de consolidação	519.019,78	-	-	(176.612,89)	342.406,89
Total da base	2.257.773,84	3.171.504,24	(735.108,61)	(176.612,89)	4.517.556,58
Benefícios fiscais	66.936,40	152.223,35	-	-	219.159,75
Ativos por impostos diferidos	642.937,60	973.742,03	(215.810,62)	(39.816,59)	1.361.052,42

Passivos por impostos diferidos

	Base			31-12-2017
	31-12-2016	Aumentos	Diminuições	
Diferenças entre a base contabilística e a base fiscal de ativos fixos tangíveis				
Relocação financeira	299.895,35	-	(299.895,35)	-
Revalorização de ativos	10.544.593,86	-	(3.654.132,74)	6.890.461,12
	10.844.489,21	-	(3.954.028,09)	6.890.461,12
Passivos por impostos diferidos	2.426.424,67	-	(888.886,17)	1.537.538,50

No exercício de 2017 não ocorreu alteração de taxa de tributação, pelo que não foi registada qualquer quantia relacionada com tal facto.

17.2. RELACIONAMENTO ENTRE GASTO (RENDIMENTO) DE IMPOSTOS E LUCRO CONTABILÍSTICO:

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes de impostos	545.285,41	1.895.583,29		
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Imposto esperado	122.689,22	426.506,24		
Rendimentos não tributáveis				
Reversão de perdas de imparidade tributadas em anos anteriores	829.158,67	378.922,00		
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	-	106,35		
Mais Valias Contabilísticas	4.377.757,43	2.989.042,11		
Diferenças Amortizações/Resultados apurados na Consolidação	288.753,19	112.398,86		
Benefícios Fiscais	44.316,78	567.273,31		
	5.539.485,52	4.047.742,63		
Gastos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Depreciações e amortizações não aceites como custos	1.260.485,52	1.045.668,42		
Donativos	14.139,08	4.666,50		
IRC e outros impostos incidentes sobre os lucros	24.777,44	48.516,34		
Multas, coimas e juros compensatórios	97.780,64	47.893,12		
Encargos não devidamente documentados	779,13	8,50		
Encargos com aluguer de viaturas sem condutor	19.807,78	-		
Mais Valias Fiscais	5.560.147,08	1.597.129,67		
Registo de perdas de imparidade	1.011.012,48	829.551,26		
Realizações utilidade social não dedutíveis	80.755,05	69.349,22		
Limitação dedutibilidade gastos financiamento	-	44.058,01		

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2017	2016	2017	2016
Correcções relativas a exercícios anteriores	43.345,08	220,80		
Outros	16.466,06	32.922,23		
	8.129.495,33	3.719.984,07		
Prejuízos fiscais do exercício não compensados no Grupo	(2.366.940,07)	-		
Lucro tributável	5.501.734,74	1.567.824,72		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Taxa da derrama	1,50%	1,50%		
IRC Calculado	1.155.364,29	329.243,19	211,88%	17,37%
Derrama municipal	102.183,57	36.575,67		
Derrama estadual	140.031,08	-		
Tributações autónomas	148.120,03	125.210,31		
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes das em vigor em Portugal	-	1.861,98		
Utilização de prejuízos fiscais	(2.994,00)	(58.946,17)		
Imposto do exercício	1.542.704,97	433.944,98	282,92%	22,89%
Impostos diferidos (Nota 18.1)	(1.607.000,98)	131.794,34		
	(1.607.000,98)	131.794,34	(294,71%)	6,95%
Imposto sobre o rendimento do período	(64.296,01)	565.739,32	(11,79%)	29,85%

À data de 31 de dezembro de 2017, o montante dos prejuízos fiscais por deduzir ascende a 2.366.940,07 Euros, que se referem à empresa Luís Simoes Logística Integrada, S.A. (Espanha), os quais não têm limite para serem utilizados.

17.3.17.3. EXPLICAÇÃO DE ALTERAÇÕES NA TAXA DE IMPOSTO APLICÁVEL COMPARADA COM O PERÍODO CONTABILÍSTICO ANTERIOR.

Entre os exercícios de 2017 e 2016 não se verificou qualquer alteração de taxa de IRC, que se manteve de 21%.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	31/12/17	31/12/16
Não Corrente		
Outros investimentos financeiros		
Participações de capital em empresas não cotadas	3.794,86	3.794,86
Fundo Compensação Trabalho (FCT)	83.470,52	43.788,62
Outros	-	10.000,00
	<u>87.265,38</u>	<u>57.583,48</u>
Créditos a receber		
Cauções	1.169.217,70	1.343.970,97
Corrente		
Cientes c/c	72.097.858,48	64.770.981,31
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimo de rendimentos	2.936.705,84	1.880.414,99
Adiantamentos a fornecedores	391.094,15	241.829,38
Pessoal	11.769,39	8.485,48
Outros devedores - actividade mediação de seguros	219.444,21	138.540,84
Outros devedores - alienação de ativos fixos tangíveis (a)	12.834.668,30	3.194.010,96

Outros devedores	2.709.589,63	1.119.288,32
	<u>19.103.271,52</u>	<u>6.582.569,97</u>
Caixa e depósitos bancários (Nota 4)		
Caixa	18.142,01	16.006,05
Outros depósitos bancários	1.161.833,09	258.786,18
	<u>1.179.975,10</u>	<u>274.792,23</u>
	<u>93.637.588,18</u>	<u>73.029.897,96</u>

(a) A rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2017, o montante de 10.396.379,13 Euros referente à venda dos edifícios Gaia1 e Gaia 2 que de acordo com o contratualizado será liquidado em 2018.

Os Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado para os quais foi reconhecida imparidade encontram-se descritos no quadro seguinte:

	31/12/17	31/12/16
Cientes		
Quantia bruta	75.060.208,68	69.360.185,19
Imparidade acumulada	(2.962.350,20)	(4.589.203,88)
Quantia escriturada líquida	72.097.858,48	64.770.981,31
Outros devedores - actividade mediação de seguros		
Quantia bruta	251.813,97	165.339,71
Imparidade acumulada	(32.369,76)	(26.798,87)
Quantia escriturada líquida	219.444,21	138.540,84

A quantia de perdas por imparidade reconhecidas em cada uma das classes de ativos financeiros é a indicada nos quadros seguintes::

Ano de 2017	Saldo Inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade					
Cientes c/c	4.589.203,88	455.826,53	(1.783.596,94)	(299.083,27)	2.962.350,20
Outros Devedores	26.798,87	14.890,33	(8.317,35)	(1.002,09)	32.369,76
Outros Activos Financeiros	3.606,13	-	(3.606,13)	-	(0,00)
	4.619.608,88	470.716,86	(1.795.520,42)	(300.085,36)	2.994.719,96

Ano de 2016	Saldo Inicial	Imparidade	Utilização	Reversão	Saldo Final
Activos financeiros mensurados ao custo menos imparidade					
Cientes c/c	5.200.906,47	509.256,15	(870.714,83)	(250.243,91)	4.589.203,88



Outros Devedores	32.915,97	6.704,30	(8.626,63)	(4.194,77)	26.798,87
Outros Activos Financeiros	3.606,13				3.606,13
	5.237.428,57	515.960,45	(879.341,46)	(254.438,68)	4.619.608,88

O efeito em resultados no exercício de 2017 foi de 170.631,50 Euros (299.124,77 Euros em 2016).

18.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado são os indicados no quadro seguinte:

	31/12/17	31/12/16
Não correntes		
Financiamentos		
Empréstimos bancários	21.802.733,08	17.114.768,11
Loações Financeiras	1.776.718,21	3.241.877,67
Participantes de Capital (Nota 6.3)	13.013.727,04	12.286.137,49
	36.593.178,33	32.642.783,27
Outras contas a pagar		
Fornecedores de Investimento	75.000,00	90.000,00
Correntes		
Fornecedores	36.554.594,21	36.507.171,63
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	20.559.838,08	15.663.884,98
Descobertos bancários	4.945.017,44	5.006.271,32
Loações Financeiras	1.489.126,45	1.461.980,54
De outras Entidades	-	51.499,98
	26.993.981,97	22.183.636,82



Outras contas a pagar		
Fornecedores de Investimentos	3.361.901,09	3.896.816,70
Adiantamento de clientes	15.310,85	48.826,47
Acréscimo para férias e sub. férias	4.027.619,21	3.739.696,74
Prémios e ajudas de custo	332.188,64	305.320,03
Acréscimo subcontratação	2.108.902,05	4.987.035,11
Outros Acréscimos de Gastos	7.920.418,56	3.377.161,32
Pessoal	28.851,16	99.023,80
Outras contas a pagar - atividade mediação de seguros	311.451,43	174.797,03
Outras contas a pagar	212.801,33	412.235,97
	18.319.444,32	17.040.913,17
	81.868.020,50	163.290.924,98

A maturidade dos financiamentos não correntes é na totalidade entre 1 e 5 anos.

No final do exercício de 2017, o valor das linhas de crédito contratadas era de 40.450.000,00 Euros (40.600.000,00 Euros em 2016), estando utilizados 4.945.017,44 Euros (5.006.271,32 Euros em 2016).

As linhas de crédito com movimento até 1 ano são renováveis de forma automática de acordo com o definido contratualmente com as entidades de crédito.

Os juros pagos pelo Grupo nos exercícios de 2017 e 2016, referentes a empréstimos e linhas de crédito contratadas e aprovadas com instituições de crédito encontram-se principalmente referenciados à Euribor, acrescida de diferencial de mercado.

18.3. GANHOS LÍQUIDOS E PERDAS LÍQUIDAS RECONHECIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com instrumentos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2017		2016	
	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
Activos financeiros ao custo amortizado				
Juros (Nota 21.10)	24,08	-	8,33	-
Perdas por imparidade (Nota 18.1)	-	470.716,86	-	515.960,45
Reversões de Perdas por Imparidade (Nota 18.1)	300.085,36	-	254.438,68	-
Atualização Monetária	-	103.620,87	-	-
	300.109,44	574.337,73	254.447,01	515.960,45
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Juros suportados (Nota 21.11)	-	1.047.542,06	-	1.056.773,50
Desconto pronto pagamento obtidos (Nota 21.7)	839.713,57	-	830.825,69	-
	839.713,57	1.047.542,06	830.825,69	1.056.773,50
	1.139.823,01	1.621.879,79	1.085.272,70	1.572.733,95

18.4. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

A quantia escriturada do capital social emitido pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, é detalhada conforme se segue:

	31-12-2017	31-12-2016
Capital		
Valor nominal	30.000.000,00	30.000.000,00
	30.000.000,00	30.000.000,00

O número de ações representativas do capital social, são as indicadas no quadro seguinte:

	Valor	Quantidade
Ações emitidas		
Ações ordinárias a 5 Euros cada	30.000.000,00	6.000.000
	30.000.000,00	6.000.000

19. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2017	2016
Remunerações do pessoal	39 733 930,79	36 287 754,60
Indemnizações	617 404,68	822 349,24
Encargos sobre remunerações	9 754 063,20	8 342 117,09
Seguros de acidentes trabalho e doenças profissionais	359 147,61	332 968,24

Gastos de acção social	61 314,54	15 181,05
Outros	1 029 830,55	975 583,06
	51 555 691,37	46 775 953,28

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo no ano de 2017 foi de 1.915 (em 2016 foi de 1.680).

20. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

I. Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;

II. Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2016, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;

III. Em obediência ao disposto no n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2018, nos prazos legais.

IV. Os membros do conselho de Administração a seguir indicados, detêm as seguintes ações da Empresa:

José Luis Soares Simões:	300
Jorge Manuel Soares Simões:	300
Leonel Fernando Soares Simões:	300

Conforme exigido legalmente, o Conselho de Administração declara que o Grupo não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação do Grupo perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2017	31.12.2016
Diferimentos ativos		
Custos Diferidos - Seguros	357 206,14	290.611,86

Custos Diferidos - Fornecimentos e Serviços Externos	460 054,80	435.233,50
Custos Diferidos - Juros	-	4.466,96
	<u>817 260,94</u>	<u>730.312,32</u>
Diferimentos passivos		
Protocolo Gestão de Frota	349 125,64	544.011,38
Outros Proveitos Diferidos	328 229,13	232.092,89
	<u>677 354,77</u>	<u>776.104,27</u>



21.2. RESERVAS, RESULTADOS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica de resultados e outras variações no Capital Próprio decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2017	213 343,60	4 562 969,49	5 770 842,50	1 690 786,49	12 237 942,08
Dividendos	-	-	(485 626,50)	-	(485 626,50)
Aplicação de resultados	84 539,32	-	1 606 247,17	(1 690 786,49)	-
Resultado do ano	-	-	-	566 772,00	566 772,00
Efeito de aquisição / alienação de participadas (a)	-	(467 681,38)	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	297 882,92	4 095 288,11	6 891 463,17	566 772,00	12 319 087,58

	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultados Líquidos do Período	Total
Saldos em 1 de Janeiro de 2016	124 681,38	4 562 969,49	4 515 827,14	1 773 244,37	10 976 722,38
Dividendos	-	-	(429 566,79)	-	(429 566,79)
Aplicação de resultados	88 662,22	-	1 684 582,15	(1 773 244,37)	-
Resultado do ano	-	-	-	1 690 786,49	1 690 786,49
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	213 343,60	4 562 969,49	5 770 842,50	1 690 786,49	12 237 942,08

a) No exercício findo de 31 de dezembro de 2017, o Grupo adquiriu o remanescente do capital social da Solmoninhos- Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária,S.A..

Reservas não distribuíveis:

Para além do descrito acima, de acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais positivas reconhecidos em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios

quando sejam realizados. Em 2017, a Empresa reconheceu rendimentos e outras variações patrimoniais positivas não realizados, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial e, conseqüentemente, não distribuíveis no montante de 546.424,86 Euros. Em 31 de dezembro de 2017, o montante total acumulado de rendimentos e outras variações patrimoniais positivas desta natureza reconhecidos não distribuíveis ascendia a 10.472.836,46 Euros, incluindo o montante acima indicado incluído no resultado líquido do exercício.

A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

O detalhe das reservas não distribuíveis, por rubrica, em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Montante não distribuível	Montante distribuível	Total
Outras reservas	3.034.948,43	1.528.021,06	4.562.969,49
Resultados transitados	6.891.463,17	-	6.891.463,17
Ajustamentos em ativos financeiros	-	268.414,41	268.414,41
Resultado líquido do período	546.424,86	14.428,60	560.853,46
	10.472.836,46	1.810.864,07	12.283.700,53

O montante devedor de 14.428,60 Euros representa o resultado líquido da Empresa, excluindo o efeito do método de equivalência patrimonial, o qual, por ser positivo, pode ser distribuído.

Os movimentos ocorridos nas reservas e outras rubricas de capital próprio em 31 de dezembro de 2017 e 2016 resultantes de aplicação de resultados foram:

Exercício de 2017

Por deliberação da Assembleia Geral de 15 de abril de 2017, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 1.690.786,49 Euros teve a seguinte aplicação:

- Reserva Legal:	84.539,32
- Distribuição de Dividendos:	485.626,50
- Resultados Transitados:	1.120.620,67

Exercício de 2016

Por deliberação da Assembleia Geral de 3 de maio de 2016, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 1.773.244,37 Euros teve a seguinte aplicação:

- Reserva Legal:	88.662,22
- Distribuição de Dividendos:	429.566,79
- Resultados Transitados:	1.255.015,36

A reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou o aumento do capital social.

A reserva legal não está disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos. De acordo com a lei, a reserva legal é reforçada anualmente em pelo menos 5% do resultado líquido, até que seja atingido o mínimo de 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital..

21.3. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Nos exercícios de 2017 e 2016, o saldo de interesses que não controlam

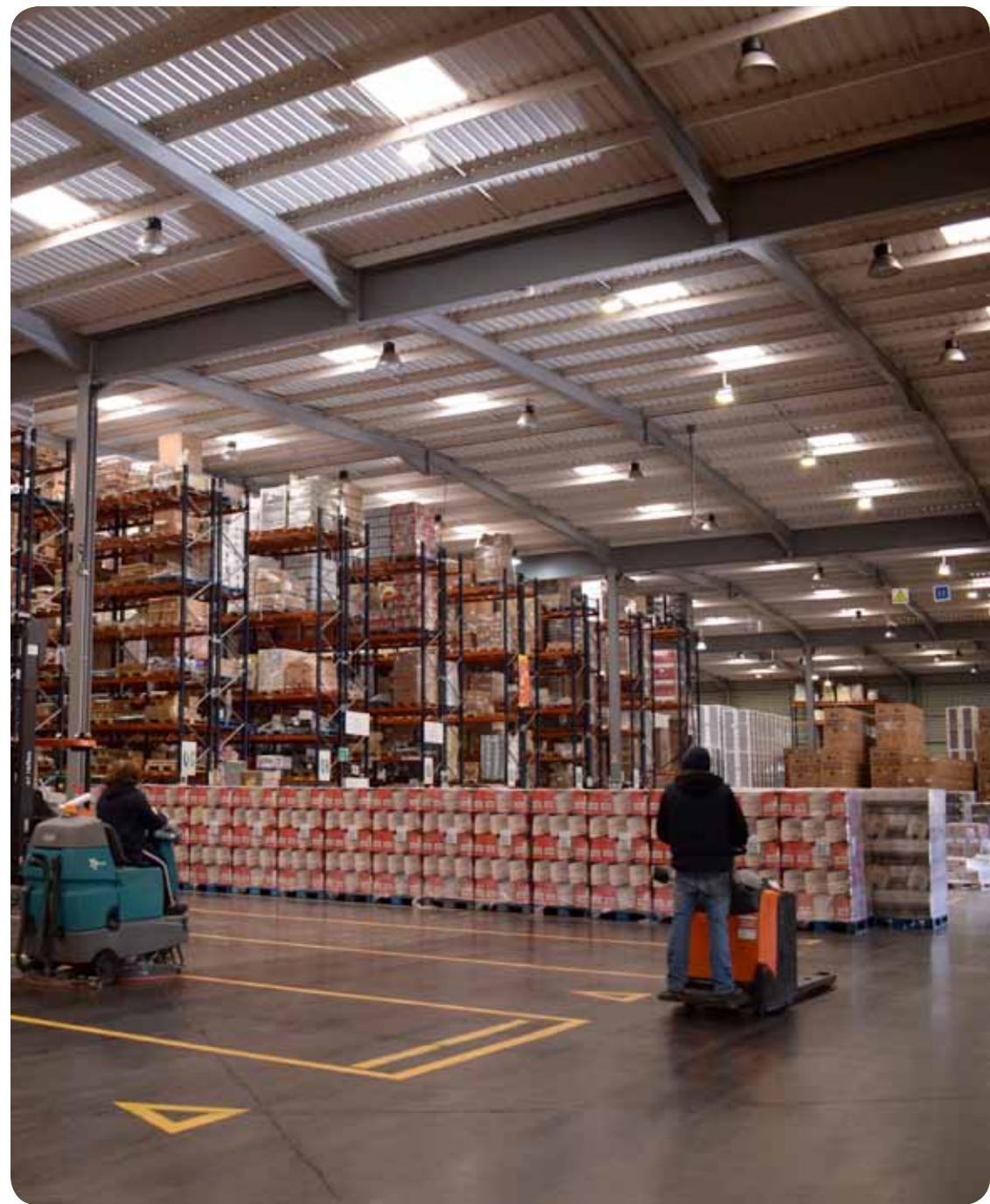
registou a seguinte evolução:

	2017	2016
Saldos em 1 de Janeiro	340 610,73	725.882,48
Aquisições / Alienações	(259 907,99)	-
Lucro do período	42 809,42	(360.942,52)
Dividendos	(6 966,56)	(24.329,23)
Saldo em 31 de Dezembro	116 545,60	340.610,73

A aquisição do ano de 2017 no montante de 259.907,99 Euros corresponde à aquisição de 88% do capital social da Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, S.A., Empresa já consolidada anteriormente Pelo Grupo Luís Simões, e que foi adquirida pelo seu justo valor, acima do valor pelo qual se encontra consolidado, gerando assim uma diferença de compra que foi registada em Capital Próprio de 467.681,38 Euros, conforme previsto na NCRF 15.25;

A rubrica de interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada de acordo com o seguinte:

	2017	2016
Solmoninhos - Consultoria, Gestão e Execução Imobiliária, Lda	-	263 283,48
Espaçotrans - Gestão Entrepostos Aduaneiros, Lda	116 545,60	77 327,25
	116 545,60	340 610,73



21.4. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2017		31-12-2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Pagamentos por conta	39 764,85	(597 715,07)	749 772,16	(37 893,00)
Estimativa de imposto	(2 572,13)	1 541 421,82	(371 018,87)	56 951,27
Retenção na Fonte	50 418,72	(1 839,00)	53 227,82	42,28
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	502 129,29	-	457 752,11
Imposto sobre o valor acrescentado - a recuperar				
IVA a Recuperar - Portugal	120 520,76	-	350 891,07	-
IVA a Recuperar - Espanha	385 844,57	-	438 475,60	-
IVA a Recuperar - outros países	95 928,73	-	58 472,74	-
IVA Reembolsos Pedidos - Espanha	646 028,20	-	382 035,63	-
IVA Reembolsos Pedidos - outros países	33 884,43	-	72 285,59	-
Imposto sobre o valor acrescentado - a pagar	-	2 343 796,70	-	1 003 115,08
Contribuições para a Segurança Social	-	1 062 074,16	-	934 852,51
Imposto Especial sobre o consumo	-	3 382 205,25	-	-
Outros Impostos	-	4 473,50	-	3 030,80
	1 369 818,13	8 236 546,65	1 734 141,74	2 417 851,05

21.5. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2017	2016
Trabalhos para a Própria Entidade		
Ativos Fixos Tangíveis	434 282,74	477 816,96
Ativos Fixos Intangíveis	355 010,82	-
	789 293,56	477 816,96

21.6. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Subcontratos	118 623 281,29	116 406 122,21
Rendas e Alugueres	7 893 165,53	4 932 791,10
Combustíveis	201 777,23	320 267,56
Trabalhos especializados	904 730,44	639 272,48
Conservação e Reparação	4 865 195,26	5 433 740,27
Portagens	1 286 778,99	1 197 653,61
Seguros	8 559 327,24	7 879 925,89
Limpeza, higiene e conforto	957 898,77	1 040 324,46
Electricidade	18 459 835,42	14 131 605,48
Deslocações e Estadas	686 355,68	821 608,92
Vigilância e Segurança	1 730 654,15	1 638 751,83
Comunicação	1 691 564,56	1 331 626,83
Comissões	1 991 013,20	1 874 508,25

Publicidade e Propaganda	530 980,28	408 800,77
Outros	3 516 487,80	3 262 160,86
	171 899 045,84	161 319 160,52

Os dispêndios reconhecidos como gastos de caráter ambiental, estão incluídos na rubrica de limpeza e ascenderam a 309.988,24 Euros em 2017 (301.095,15 Euros em 2016).

21.7. OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Rendimentos suplementares:		
Venda de combustível	159 953,71	6 776 702,42
Cedência de pessoal	25 711,91	8 450,15
Aluguer de Viaturas	98 617,41	260 524,92
Seguros	22 220,73	36 857,32
Cedência de exploração	20 234,61	2 223,20
Conservação e reparação de viaturas	341 716,26	224 116,51
Resíduos valorizados	298 687,34	187 286,76
Outros rendimentos suplementares	2 049 972,50	344 893,47
Descontos de pronto pagamento obtidos (Nota 18.3)	839 713,57	830 825,69
Recuperação de dívidas a receber	3 865,89	-
Indemnizações sinistros	204 339,33	215 723,61
Ganhos em activos fixos tangíveis	4 422 445,57	3 694 141,53
Rendimentos Contratos Renting	229 810,74	329 175,34
Taxa início contrato pneus	256 281,55	236 609,66

Rendas propriedades de investimento (Nota 10)	40 348,31	47 239,05
Restituição de impostos	70 188,93	1 893 929,88
Outros Juros Obtidos	28 529,40	599 935,26
Outros	295 021,37	402 584,09
	<u>9 407 659,13</u>	<u>16 091 218,86</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o rédito associado à venda de combustíveis passou a ser registado na rubrica “Vendas de mercadorias” (Nota 12).

Os “Outros rendimentos suplementares” referem-se essencialmente a penalidades contratuais relativas ao atraso da entrega do novo centro logístico de Madrid e da instalação de um armazém automático.

A rubrica “Restituição de impostos” respeita à devolução do “Impuesto sobre las Ventas Minoristas de Determinados Hidrocarburos” (IVMDH), vulgo “Cêntimo Sanitário”. A rubrica “Outros juros obtidos” refere-se principalmente aos juros de mora relativos às importâncias devolvidas do “Cêntimo Sanitário” (Nota 13.3).

Esta restituição de impostos teve origem nas reclamações apresentadas pela empresa, conforme referido na (Nota 13.3).

21.8. OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Impostos e Taxas	715 229,50	740 795,32
Perdas em ativos fixos tangíveis	446 083,64	137 733,58
Donativos	45 687,07	37 914,27
Quotizações	26 065,15	25 857,80

Sinistros	892 703,40	838 042,05
Insuficiência estimativa de imposto	24 777,44	6 899,11
Multas	96 432,94	45 104,77
Outros	128 606,80	199 059,97
	<u>2 375 585,94</u>	<u>2 031 406,87</u>

21.9. DEPRECIAÇÕES/AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 2016, é conforme se segue:

	2017	2016
Intangíveis (Nota 7)	728 453,37	360 823,89
Activos fixos tangíveis (Nota 8)	10 834 271,02	11 026 429,42
Propriedades de investimento (Nota 10)	14 787,75	14 777,16
	<u>11 577 512,14</u>	<u>11 402 030,47</u>

21.10. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Juros Obtidos		
De depósitos	24,08	8,33
	<u>24,08</u>	<u>8,33</u>

21.11. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica de “Juros e Gastos Similares Suportados” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é detalhada conforme se segue:

	2017	2016
Juros Suportados		
De financiamentos obtidos	390 572,40	398 305,93
De financiamentos obtidos - Outras Entidades Relacionadas - (Nota 6.3)	433 905,31	457 645,14
De descobertos bancários	153 075,15	176 119,24
De Locações Financeiras	15 169,48	21 651,87
De Factoring	-	111,02
De Confirming	15,41	-
De atualizações financeiras	103 620,87	-



Outros	1 399,22	2 940,30
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Outros	53 405,09	-
	<u>1 151 162,93</u>	<u>1 056 773,50</u>

21.12. GARANTIAS PRESTADAS

A responsabilidade por garantias prestadas das empresas incluídas na consolidação é de 16.496.773,59 Euros (7.386.328,10 Euros em 2016) e refere-se, essencialmente, a garantias bancárias.

Adicionalmente, o Grupo apresenta livranças a terceiros como garantias de pagamento de dívidas, que a 31 de dezembro de 2017 ascendem a 48.072.617,59 Euros (33.100.009,59 Euros a 31 de dezembro de 2016).

21.13. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foi determinado conforme se segue:

	2017	2016
Resultados:		
Resultado líquido do período	566.772,00	1.690.786,49
Número de ações		
Número médio ponderado de ações	6.000.000,00	6.000.000,00
Resultado por ação básico	<u>0,09</u>	<u>0,28</u>

O Contabilista Certificado:

Vítor José Caetano de Sousa

Administrador

JJosé Luís Soares Simões - Presidente | Leonel Fernando Soares Simões - Vogal | Jorge Manuel Soares Simões - Vogal | Fernanda Maria Oliveira Simões - Vogal | Daniela Alexandra Lopes Simões - Vogal | Rui Miguel Marcos Simões - Vogal | Maria Celeste Morgado Venâncio dos Santos - Vogal



Deloitte.

Deloitte & Associados, S.R.L.
Registo na SROCC nº 43
Registo na CRRM nº 20171369

Página 2 de 3

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriadas nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliámos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar à que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

uf

Deloitte.

Deloitte & Associados, S.R.L.
Registo na SROCC nº 43
Registo na CRRM nº 20171369

Página 3 de 3

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. u) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concorde com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreensão sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2018


Deloitte & Associados, S.R.L.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC